> SETAS - 000132 <

LIDO
17.6.15

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Gabinete do Deputado JOE VALLE- PDT

INDICAÇÃO Nº IND 4190 /2015
(Do Deputado Joe Valle)

Sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto ao Departamento de Parques e Jardins da NOVACAP, no sentido de promover a implantação de alameda arborizada, ajardinamento, assim como o plantio de grama, palmeiras e árvores frutíferas, com início no Colégio Agrícola (IFB) até a Pedra Fundamental às margens da DF 128, na Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto ao Departamento de Parques e Jardins da NOVACAP, no sentido de promover a implantação de alameda arborizada, ajardinamento assim como o plantio de grama, palmeiras e árvores frutíferas, com início no Colégio Agrícola (IFB) até a Pedra Fundamental às margens da DF 128, na Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

JUSTIFICAÇÃO

A alameda que se quer implantar é de suma importância para a comunidade de Planaltina. O plantio de grama, árvores frutíferas, palmeiras e ajardinamento é o desejo de todos que almejam o embelezamento da cidade e a garantia de melhores condições climáticas.

Assim sendo, sugiro ao Ilustre Diretor do Departamento de Parques e Jardins da NOVACAP, que envide esforços no sentido de atender ao pleito ora apresentado, a qual objetiva assegurar a melhoria na qualidade de vida da população de Planaltina.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado JOE VALLE
PDT

> SETAS - 000133 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE

INDICAÇÃO Nº IND 4191/2015

(Do Sr. Deputado JOE VALLE)

Sugere ao Senhor Governador de Brasília ampliar o Parque Ecológico de Águas Claras.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador de Brasília **ampliar o Parque Ecológico de Águas Claras**.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação visa atender à demanda dos moradores de Águas Claras voltada à ampliação do Parque Ecológico de Águas Claras, que chegou a meu Gabinete por meio da Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras (AMAAC).

O Parque foi criado em 15 de abril de 2000 pela Lei Complementar nº 287, com o objetivo de proteger o acervo genético da flora e da fauna nativas da região, áreas de nascente e recargas de aquíferos, proporcionando a realização de atividades voltadas à educação ambiental, cultural e de lazer, visando ao desenvolvimento de pesquisas ecológicas.

A ampliação do Parque Ecológico de Águas Claras trará muitos benefícios aos moradores e frequentadores de Águas Claras, pois ajudará a estabelecer o limite e a densidade da malha urbana; preservar a biodiversidade e os recursos genéticos; compor a paisagem urbana e os espaços públicos, culturais, de lazer, de recreação, de pesquisa e de educação ambiental.

Além disso, proporciona mais opções de lazer com baixo custo; cumpre funções estéticas; protege mananciais; produz o conforto térmico do microclima; cria áreas sombreadas; equilibra a umidade do ar; filtra poeira, partículas poluentes e bactérias

do ar; ajuda a barrar ventos e ruídos; controla enxurrada, inundações, processos erosivos e assoreamentos.

Mencione-se, por oportuno, que a área do Parque corresponde a 2,5% da poligonal de Águas Claras, o que é muito pouco se considerarmos a população da região de cerca de 122 mil habitantes e o fato de haver somente essa área de preservação ecológica obrigatória.

O mandato deste Parlamentar, atento às demandas dos moradores de Águas Claras, no sentido de ampliar o Parque Ecológico da RA XX, conta com o apoio dos nobres pares para **APROVAÇÃO** da presente **INDICAÇÃO**.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado JOE VALLE

PDT

> SETAS - 000135 <

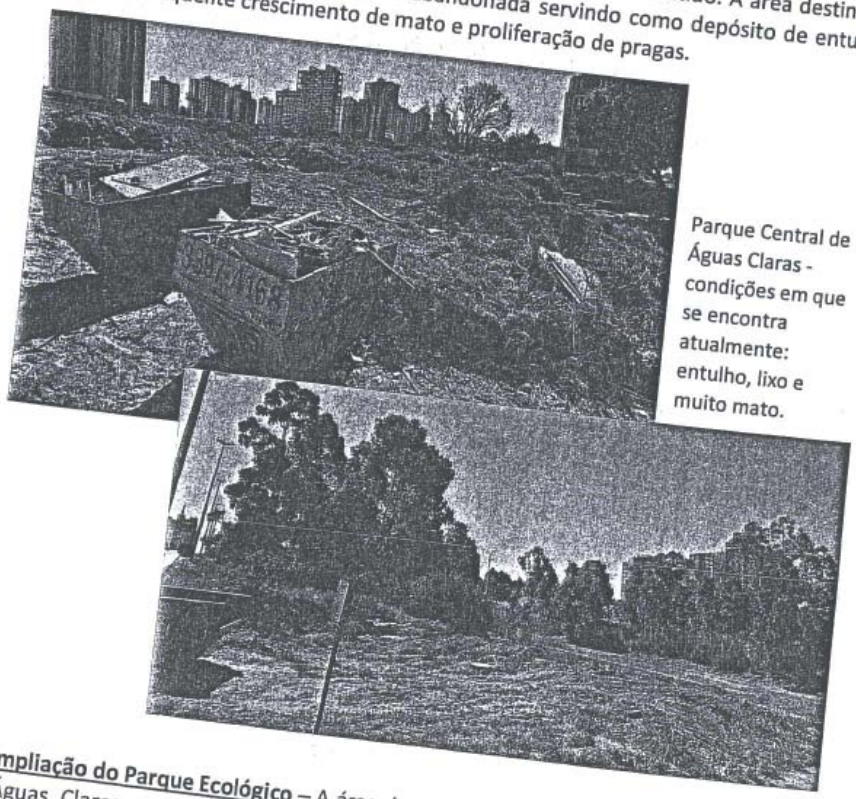
AMAAC

Carta-compromisso para os candidatos ao Governo do Distrito Federal

Eleições 2014

Eu, _____, candidato ao Governo do Distrito Federal pela coligação _____, caso eleito, assumo o conjunto de compromissos abaixo relacionados:

1) **Implantação do Parque Central** – uma das solicitações mais antigas da população de Águas Claras, inclusive com diversos abaixo-assinados nesse sentido. A área destinada ao parque encontra-se degradada e abandonada servindo como depósito de entulho com o consequente crescimento de mato e proliferação de pragas.



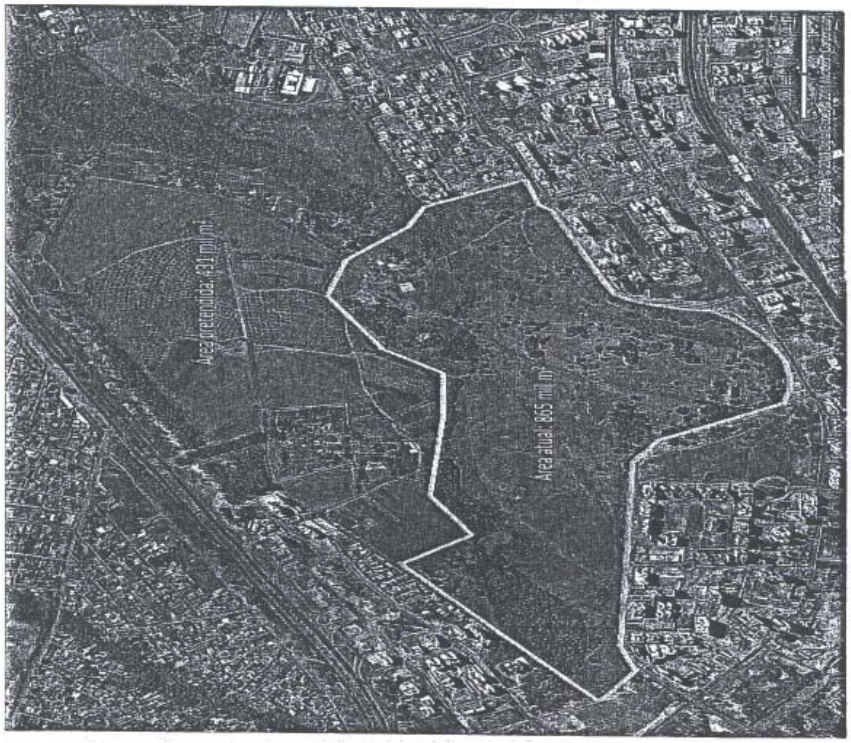
Parque Central de Águas Claras - condições em que se encontra atualmente: entulho, lixo e muito mato.

2) **Ampliação do Parque Ecológico** – A área do parque corresponde a 2,5% da poligonal de Águas Claras, o que representa pouco se considerarmos como única área de preservação ecológica obrigatória para a cidade. A residência oficial do governador,

Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras
Praça entre as Ruas 34/35 Sul - CEP 71931-180 - Sul (Águas Claras) - Brasília – DF
Tel.: (61) 9584-0606 - CNPJ: 17.064.360/[illegible]

> SETAS - 000136 <

vizinha do parque, possui área ociosa de 431 mil m2 que poderia ser incorporada a poligonal do parque, aumentando-a para quase 1,3 km², ou seja, Águas Claras passaria a ter 3,7% de sua extensão como área de preservação ecológica obrigatória. Isso classificaria o parque como um dos maiores do DF, podendo se tornar modelo para os demais após processo de revitalização em uma parceria público-privada.



Parque Ecológico de Águas Claras – proposta de ampliação

3) **Implantação de uma Unidade de Saúde** – A população de Águas Claras está próxima dos 140 mil habitantes, sendo 80 mil somente na parte vertical. A recomendação genérica do Ministério da Saúde é de uma unidade de saúde a cada 10 mil habitantes. Atualmente o posto de Saúde que atende a parte vertical da cidade é o da Praça do Bicalho, em Taguatinga. O mais grave é a ausência de qualquer tipo de unidade de saúde, seja ela pública ou privada, para uma cidade do tamanho de Águas Claras, obrigando os seus habitantes a buscarem atendimento nas cidades vizinhas. Portanto, faz-se necessária a implantação urgente de unidades de saúde, com preferência para as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e os Postos de Saúde nas cinco áreas destinadas a Secretaria de Saúde existentes em Águas Claras vertical.

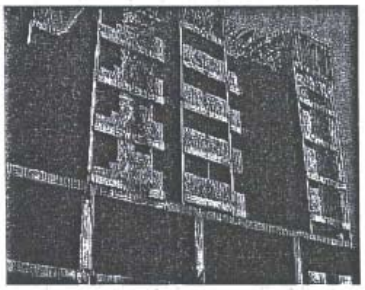
Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras
Praça entre as Ruas 34/35 Sul - CEP 71931-180 - Sul (Águas Claras) - Brasília – DF
Tel.: (61) 9584-0606 - CNPJ: 17.064.369/0001-60

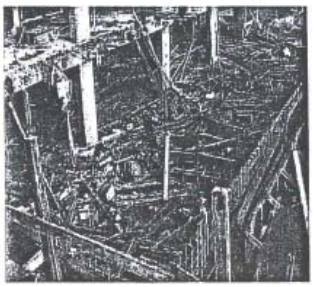
> SETAS - 000137 <

4) **Implantação do quartel de Corpo de Bombeiros** – A parte vertical de Águas Claras possui uma característica distinta das demais regiões do DF, que é o gabarito para edificações de até 30 andares. Com isso, faz-se necessário profissionais de resgate treinados e equipados para o atendimento a esse cenário. Já existe uma área destinada à construção do Quartel do Corpo de Bombeiros na cidade, precisando apenas de sua instalação.

5) **Implantação de Delegacia** – Águas Claras, com mais de 120 mil habitantes, ganhou um batalhão de polícia militar mas ainda não possui uma delegacia para atendimento exclusivo da cidade. A 21ª DP atende Taguatinga, Areal, Arniqueiras, Park Way e Águas Claras sobrecarregando a unidade e prejudicando o trabalho de investigação e combate ao crime na região. A área destinada a delegacia existe e a população solicita a breve instalação da DP na cidade.

6) **Solução para as construções abandonadas** – Com o advento do Estatuto da Cidade, lei nº 10.257/2001, foram criados dispositivos para que os municípios implantassem políticas urbanas que contemplassem o interesse social no uso da propriedade urbana visando o bem coletivo, a segurança, o bem-estar dos cidadãos e o equilíbrio ambiental. Dentre esses dispositivos destaco o inciso VI, f, do art. 2º, que trata da ordenação e controle do uso do solo de forma a evitar a deterioração das áreas urbanizadas. Águas Claras possui aproximadamente dez edificações em situação de abandono, algumas há mais de uma década, que servem de insegurança para a população. Acumulam lixo, entulho, mato, escorpiões, ratos, cobras, além de servir de local para consumo de drogas e refúgio de marginais. Inúmeras reportagens na televisão, rádio e jornal já denunciaram essa situação e não se vê nenhuma ação concreta do poder público no sentido de sanar o problema. Legislação e modelos bem sucedidos de ações implementados por outros municípios e estados existem. Falta apenas a vontade política para a solução desse problema em nossa cidade.

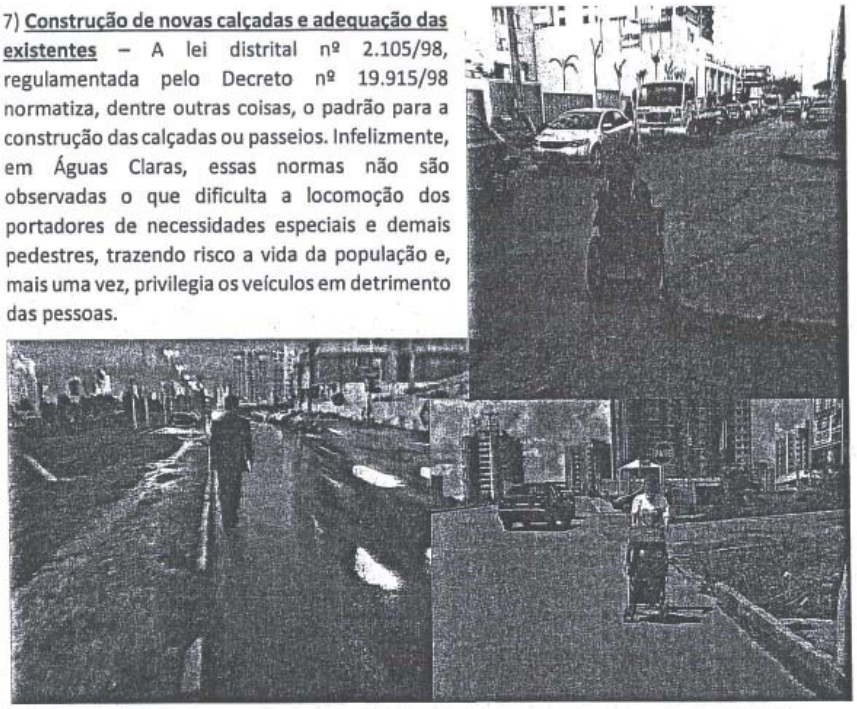




Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras
Praça entre as Ruas 34/35 Sul - CEP 71931-180 - Sul (Águas Claras) - Brasília – DF
Tel.: (61) 9584-0606 - CNPJ: 17.064.369/0001-60

> SETAS - 000138 <

7) **Construção de novas calçadas e adequação das existentes** – A lei distrital nº 2.105/98, regulamentada pelo Decreto nº 19.915/98 normatiza, dentre outras coisas, o padrão para a construção das calçadas ou passeios. Infelizmente, em Águas Claras, essas normas não são observadas o que dificulta a locomoção dos portadores de necessidades especiais e demais pedestres, trazendo risco a vida da população e, mais uma vez, privilegia os veículos em detrimento das pessoas.



8) **Adequação viária interna e construção da Via Interbairros** – Águas Claras teve um vigoroso crescimento nos últimos anos devido a mudança de gabarito para a construção dos edifícios. Com isso, o trânsito, nos horários de pico, transformou-se no maior gargalo para a população que necessita se locomover ou deixar a cidade. O poder público precisa readequar o projeto viário para contemplar esse aumento populacional e garantir condições dignas para as pessoas que precisam se deslocar dentro ou para fora da cidade. A Via Interbairros é um projeto elaborado e pronto para ser implementado, faltando apenas priorização do Governo do Distrito Federal na sua execução.

9) **Construção de Escola Pública** – De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013/2014, da Codeplan, a parte Vertical de Águas Claras possui mais de 13 mil crianças na faixa etária de zero a quatorze anos. Essa população precisa se deslocar para outras cidades para ter acesso ao ensino público, uma vez que não existe nenhuma escola de educação fundamental pública na área vertical, mesmo existindo as áreas destinadas a tal finalidade.

Águas Claras, de de 2014.

Assinatura Candidato

Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras

Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras
Praça entre as Ruas 34/35 Sul - CEP 71931-180 - Sul (Águas Claras) - Brasília – DF
Tel.: (61) 9584-0606 - CNPJ: 17.064.369/0001-60

> SETAS - 000139 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE

INDICAÇÃO Nº IND 4192/2015

(Do Sr. Deputado JOE VALLE)

Sugere ao Senhor Governador de Brasília implantar Unidade de Saúde, quartel de Corpo de Bombeiros, Delegacia, bem como construir novas calçadas e escolas públicas em Águas Claras.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador de Brasília **implantar unidade de saúde, quartel de corpo de bombeiros, delegacia, bem como construir novas calçadas e escolas públicas em Águas Claras.**

JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação visa atender à demanda dos moradores de Águas Claras voltada à ampliação do Parque Ecológico de Águas Claras, que chegou a meu Gabinete por meio da Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras (AMAAC).

Com 22 anos de existência e com população de aproximadamente 120 mil habitantes, a RA – XX cresceu rapidamente e, junto com o crescimento, apareceram problemas de diversas naturezas: congestionamentos constantes, problemas de mobilidade urbana, violência desenfreada, falta de diversos órgãos do Governo de Brasília, como escolas, unidades de saúde, delegacia.

Diante desse cenário, os moradores de Águas Claras requerem providências urgentes por parte do Poder Público para:

I – implantar pelo menos uma unidade de saúde em Águas Claras (UPA OU Postos de Saúde), já que a unidade mais próxima fica na Praça do Bicalho, em Taguatinga;

II – construir e implantar quartel de Corpo de Bombeiros, para atender a necessidade específica do local com prédios de até 30 andares (já existe área no local destinada para essa finalidade);

III – construir e implantar Delegacia para atender à população da RA XX, pois há apenas um Batalhão da Polícia Militar e, em razão disso, os moradores têm de recorrer à Delegacia de Taguatinga (21ªDP), que já está sobrecarregada;

IV – construir novas calçadas e adequar as que existem ao que determina a Lei Distrital 2.105/98, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal;

V – construir escolas públicas para atender as mais de trezes mil crianças entre zero e quatorze anos que residem no local (já existe área no local destinada para essa finalidade);

VI – fazer adequação viária interna e construir a via interbairros, pois, com o vigoroso crescimento dos últimos anos, a mobilidade se transformou num caos em todos os sentidos.

O mandato deste Parlamentar, atento às demandas dos moradores de Águas Claras, no sentido de ampliar o Parque Ecológico da RA XX, conta com o apoio dos nobres pares para **APROVAÇÃO** da presente **INDICAÇÃO**.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado JOE VALLE

PDT

> SETAS - 000141 <

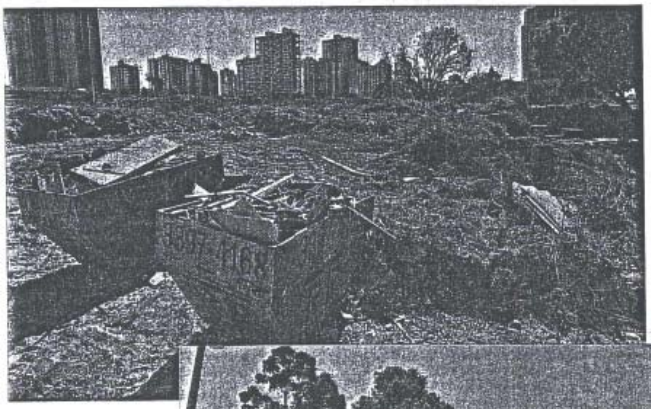
AMAAC

Carta-compromisso para os candidatos ao Governo do Distrito Federal

Eleições 2014

Eu, _____, candidato ao Governo do Distrito Federal pela coligação _____, caso eleito, assumo o conjunto de compromissos abaixo relacionados:

1) **Implantação do Parque Central** – uma das solicitações mais antigas da população de Águas Claras, inclusive com diversos abaixo-assinados nesse sentido. A área destinada ao parque encontra-se degradada e abandonada servindo como depósito de entulho com o consequente crescimento de mato e proliferação de pragas.



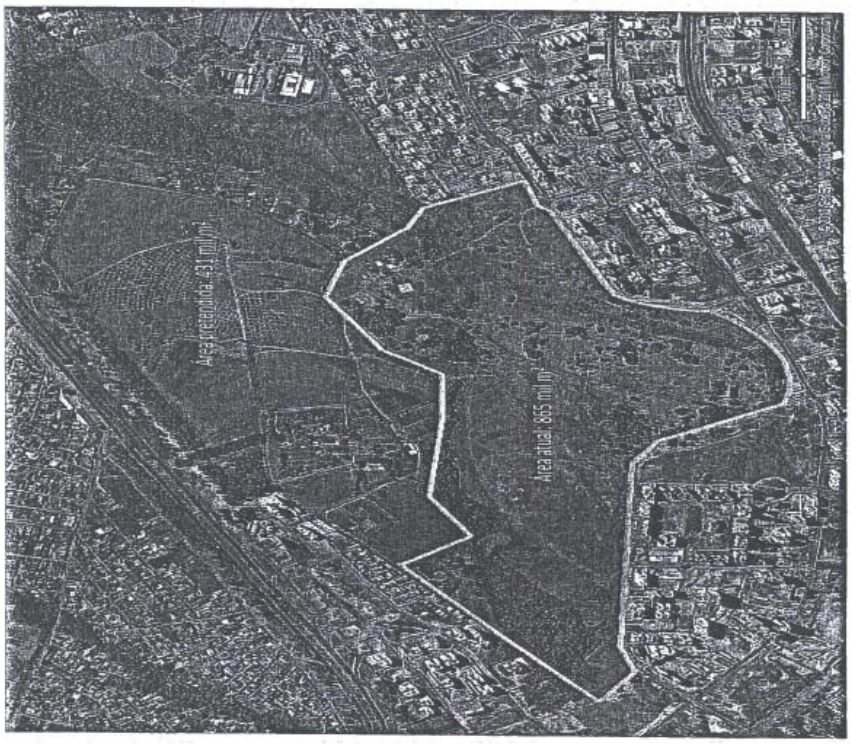
Parque Central de Águas Claras - condições em que se encontra atualmente: entulho, lixo e muito mato.

2) **Ampliação do Parque Ecológico** – A área do parque corresponde a 2,5% da poligonal de Águas Claras, o que representa pouco se considerarmos como única área de preservação ecológica obrigatória para a cidade. A residência oficial do governador,

Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras
Praça entre as Ruas 34/35 Sul - CEP 71931-180 - Sul (Águas Claras) - Brasília – DF
Tel.: (61) 9584-0606 - CNPJ: 17.064.369/0001-60

> SETAS - 000142 <

vizinha do parque, possui área ociosa de 431 mil m2 que poderia ser incorporada a poligonal do parque, aumentando-a para quase 1,3 km², ou seja, Águas Claras passaria a ter 3,7% de sua extensão como área de preservação ecológica obrigatória. Isso classificaria o parque como um dos maiores do DF, podendo se tornar modelo para os demais após processo de revitalização em uma parceria público-privada.



Parque Ecológico de Águas Claras – proposta de ampliação

3) **Implantação de uma Unidade de Saúde** – A população de Águas Claras está próxima dos 140 mil habitantes, sendo 80 mil somente na parte vertical. A recomendação genérica do Ministério da Saúde é de uma unidade de saúde a cada 10 mil habitantes. Atualmente o posto de Saúde que atende a parte vertical da cidade é o da Praça do Bicalho, em Taguatinga. O mais grave é a ausência de qualquer tipo de unidade de saúde, seja ela pública ou privada, para uma cidade do tamanho de Águas Claras, obrigando os seus habitantes a buscarem atendimento nas cidades vizinhas. Portanto, faz-se necessária a implantação urgente de unidades de saúde, com preferência para as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e os Postos de Saúde nas cinco áreas destinadas a Secretaria de Saúde existentes em Águas Claras vertical.

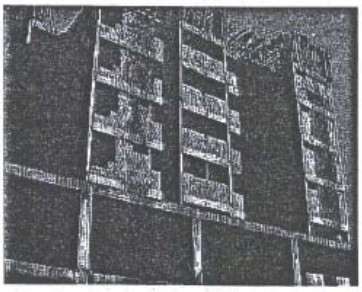
Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras
Praça entre as Ruas 34/35 Sul - CEP 71931-180 - Sul (Águas Claras) - Brasília – DF
Tel.: (61) 9584-0606 - CNPJ: 17.064.369/0001-60

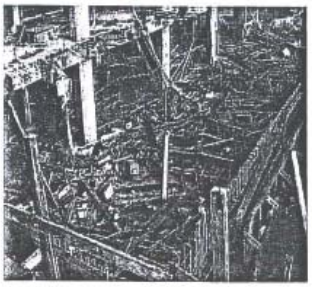
> SETAS - 000143 <

4) **Implantação do quartel de Corpo de Bombeiros** – A parte vertical de Águas Claras possui uma característica distinta das demais regiões do DF, que é o gabarito para edificações de até 30 andares. Com isso, faz-se necessário profissionais de resgate treinados e equipados para o atendimento a esse cenário. Já existe uma área destinada à construção do Quartel do Corpo de Bombeiros na cidade, precisando apenas de sua instalação.

5) **Implantação de Delegacia** – Águas Claras, com mais de 120 mil habitantes, ganhou um batalhão de polícia militar mas ainda não possui uma delegacia para atendimento exclusivo da cidade. A 21ª DP atende Taguatinga, Areal, Arniqueiras, Park Way e Águas Claras sobrecarregando a unidade e prejudicando o trabalho de investigação e combate ao crime na região. A área destinada a delegacia existe e a população solicita a breve instalação da DP na cidade.

6) **Solução para as construções abandonadas** – Com o advento do Estatuto da Cidade, lei nº 10.257/2001, foram criados dispositivos para que os municípios implantassem políticas urbanas que contemplassem o interesse social no uso da propriedade urbana visando o bem coletivo, a segurança, o bem-estar dos cidadãos e o equilíbrio ambiental. Dentre esses dispositivos destaco o inciso VI, f, do art. 2º, que trata da ordenação e controle do uso do solo de forma a evitar a deterioração das áreas urbanizadas. Águas Claras possui aproximadamente dez edificações em situação de abandono, algumas há mais de uma década, que servem de insegurança para a população. Acumulam lixo, entulho, mato, escorpiões, ratos, cobras, além de servir de local para consumo de drogas e refúgio de marginais. Inúmeras reportagens na televisão, rádio e jornal já denunciaram essa situação e não se vê nenhuma ação concreta do poder público no sentido de sanar o problema. Legislação e modelos bem sucedidos de ações implementados por outros municípios e estados existem. Falta apenas a vontade política para a solução desse problema em nossa cidade.





Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras
Praça entre as Ruas 34/35 Sul - CEP 71931-180 - Sul (Águas Claras) - Brasília – DF
Tel.: (61) 9584-0606 - CNPJ: 17.064.369/0001-60

> SETAS - 000144 <

7) **Construção de novas calçadas e adequação das existentes** – A lei distrital nº 2.105/98, regulamentada pelo Decreto nº 19.915/98 normatiza, dentre outras coisas, o padrão para a construção das calçadas ou passeios. Infelizmente, em Águas Claras, essas normas não são observadas o que dificulta a locomoção dos portadores de necessidades especiais e demais pedestres, trazendo risco a vida da população e, mais uma vez, privilegia os veículos em detrimento das pessoas.

8) **Adequação viária interna e construção da Via Interbairros** – Águas Claras teve um vigoroso crescimento nos últimos anos devido a mudança de gabarito para a construção dos edifícios. Com isso, o trânsito, nos horários de pico, transformou-se no maior gargalo para a população que necessita se locomover ou deixar a cidade. O poder público precisa readequar o projeto viário para contemplar esse aumento populacional e garantir condições dignas para as pessoas que precisam se deslocar dentro ou para fora da cidade. A Via Interbairros é um projeto elaborado e pronto para ser implementado, faltando apenas priorização do Governo do Distrito Federal na sua execução.

9) **Construção de Escola Pública** – De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013/2014, da Codeplan, a parte Vertical de Águas Claras possui mais de 13 mil crianças na faixa etária de zero a quatorze anos. Essa população precisa se deslocar para outras cidades para ter acesso ao ensino público, uma vez que não existe nenhuma escola de educação fundamental pública na área vertical, mesmo existindo as áreas destinadas a tal finalidade.

Águas Claras, de de 2014.

Assinatura Candidato

Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras

Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras
Praça entre as Ruas 34/35 Sul - CEP 71931-180 - Sul (Águas Claras) - Brasília – DF
Tel.: (61) 9584-0606 - CNPJ: 17.064.369/0001-60

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

17/6/15

INDICAÇÃO Nº , DE IND 4193 /2015

(Autor: Deputada Telma Rufino)

SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE, A CONSTRUÇÃO DE CICLOVIAS EM TODA A REGIÃO DE ÁGUAS CLARAS COM OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DAS AVENIDAS CASTANHEIRAS E ARAUCÁRIAS, PROPORCIONANDO ACESSIBILIDADE E ORDENAMENTO DO MOBILIÁRIO URBANO.

> SETAS - 000145 <

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade, a construção de ciclovias em toda a Região de Águas Claras, com obras de revitalização das Avenidas Castanheiras e Araucárias, proporcionando acessibilidade e ordenamento do mobiliário urbano.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de justa reivindicação dos moradores daquela Região Administrativa, que lutam por melhorias naquela área, principalmente no que se refere à questão da mobilidade urbana e do transporte público, principalmente se considerarmos o incentivo que será gerado para a não utilização do automóvel em nossa cidade, em pequenos deslocamentos.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida na nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação, com a certeza de que estaremos atendendo o anseio daqueles que por ali transitam e percebem o problema no que diz respeito à mobilidade local.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015.

Deputada **TELMA RUFINO**

Praça Municipal – Quadra 2 – Lotes 5 – 70 094 902 – Brasília - DF – Tel.: 33488082

> SETAS - 000146 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

LIDO
17/6/15

INDICAÇÃO Nº , DE IND 4194/2015

(Autor: Deputada Telma Rufino)

SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E O DETRAN, A INTERVENÇÃO NAS VIAS E NO VIADUTO ISRAEL PINHEIRO, NA SAIDA DE ÁGUAS CLARAS, VISANDO MELHORAR O TRÂNSITO DE VEÍCULOS NAQUELE LOCAL.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade e o DETRAN, a intervenção nas vias e no viaduto Israel Pinheiro, na saída de Águas Claras, visando melhorar o trânsito de veículos naquele local.

J U S T I F I C A T I V A

Trata-se de justa reivindicação dos moradores daquela Região Administrativa, que lutam por melhorias naquela área, principalmente no que se refere à questão da mobilidade urbana.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida na nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação, com a certeza de que estaremos atendendo o anseio daqueles que por ali transitam e percebem o problema no que diz respeito à mobilidade local.

Sala das Sessões, de junho de 2015.

Deputada **TELMA RUFINO**

Praça Municipal – Quadra 2 – Lotes 5 – 70 094 902 – Brasília - DF – Tel.: 33488082

> SETAS - 000147 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

17.6.15

INDICAÇÃO Nº , DE [IND 4195/2015

(Autor: Deputada Telma Rufino)

SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE, A CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS POR SOBRE A LINHA DO METRÔ, PARA PEDESTRE E CICLISTAS, INTERLIGANDO OS LADOS NORTE E SUL DA CIDADE DE ÁGUAS CALARAS.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade, a construção de passarelas por sobre a linha do metrô, para pedestre e ciclistas, interligando os lados norte e sul da Cidade de Águas Calaras.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de justa reivindicação dos moradores daquela Região Administrativa, que lutam por melhorias naquela área, principalmente no que se refere à questão da mobilidade urbana e do transporte público, principalmente se considerarmos o incentivo que será gerado para a não utilização do automóvel em nossa cidade, em pequenos deslocamentos.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida na nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação, com a certeza de que estaremos atendendo o anseio daqueles que por ali transitam e percebem o problema no que diz respeito à mobilidade local.

Sala das Sessões, de junho de 2015.

Deputada **TELMA RUFINO**

Praça Municipal – Quadra 2 – Lotes 5 – 70 094 902 – Brasília - DF – Tel.: 33488082

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

17/6/15

INDICAÇÃO Nº , DE IND 4196/2015

(Autor: Deputada Telma Rufino)

SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE, A IMPLANTAÇÃO DE UM TRANSPORTE CIRCULAR VISANDO A INTEGRAÇÃO DAS QUADRAS DA ÁREA VERTICAL COM O METRÔ, BEM COMO DE UMA LINHA CIRCULAR INTERLIGANDO AS REGIÕES DE AGUAS CLARAS DO AREAL, DE ARNIQUEIRA, DA ADE E DA ÁREA VERTICAL DA CIDADE.

> SEI/GAS - 0001148 <

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade, a implantação de um transporte circular visando a integração das quadras da área vertical com o metrô, bem como de uma linha circular interligando as regiões de Aguas Claras do Areal, de Arniqueira, da ADE e da Área Vertical da Cidade.

Apresentado em 16/Jun/2015 14:02

JUSTIFICATIVA

Trata-se de justa reivindicação dos moradores daquela Região Administrativa, que lutam por melhorias naquela área, principalmente no que se refere à questão da mobilidade urbana e o transporte público.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida na nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação, com a certeza de que estaremos atendendo o anseio daqueles que por ali transitam e percebem o problema no que diz respeito à mobilidade local.

Sala das Sessões, de junho de 2015.

Deputada **TELMA RUFINO**

Praça Municipal – Quadra 2 – Lotes 5 – 70 094 902 – Brasília - DF – Tel.: 33488082

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

17/6/15

INDICAÇÃO Nº , DE IND 4197/2015

(Autor: Deputada Telma Rufino)

SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS, A REFORMA DOS EQUIPAMENTOS DO PARQUE, DAQUELA CIDADE.

> SEETAS - 000149 <

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Águas Claras, a reforma dos equipamentos do Parque, daquela Cidade.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de justa reivindicação dos moradores daquela Região Administrativa, que lutam por melhorias naquela área, principalmente no que se refere à questão da infraestrutura desportiva e de lazer daquela Região.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida na nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação, com a certeza de que estaremos atendendo o anseio daqueles que por ali transitam e percebem o problema no que diz respeito aos equipamentos urbanos disponíveis no local.

Sala das Sessões, de junho de 2015.

Deputada **TELMA RUFINO**

Praça Municipal – Quadra 2 – Lotes 5 – 70 094 902 – Brasília - DF – Tel.: 33488082

17 6 15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

INDICAÇÃO Nº , DE IND 4198/2015

(Autor: Deputada Telma Rufino)

> SETAS - 000150 <

SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS, A URBANIZAÇÃO DA PRAÇA ENTRE AS RUAS BURITI E BOULEVARD NORTE DA REGIÃO DE ÁGUAS CLARAS.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de justa reivindicação dos moradores daquela Região Administrativa, que lutam por melhorias naquela área, principalmente no que se refere à questão da infraestrutura urbana, desportiva e de lazer daquela Região.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida na nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação, com a certeza de que estaremos atendendo o anseio daqueles que por ali transitam e percebem o problema no que diz respeito aos equipamentos urbanos disponíveis no local.

Sala das Sessões, de junho de 2015.

Deputada **TELMA RUFINO**

Praça Municipal – Quadra 2 – Lotes 5 – 70 094 902 – Brasília - DF – Tel.: 33488082

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

17/6/15

INDICAÇÃO Nº , DE IND 4199/2015

(Autor: Deputada Telma Rufino)

SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS, A URBANIZAÇÃO DA PRAÇA CANÁRIO NA QUADRA 106 DA REGIÃO DE ÁGUAS CLARAS.

> SETAS - 000151 <

JUSTIFICATIVA

Trata-se de justa reivindicação dos moradores daquela Região Administrativa, que lutam por melhorias naquela área, principalmente no que se refere à questão da infraestrutura desportiva e de lazer daquela Região.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida na nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação, com a certeza de que estaremos atendendo o anseio daqueles que por ali transitam e percebem o problema no que diz respeito aos equipamentos urbanos disponíveis no local.

16/Jun/2015 14:03

Sala das Sessões, de junho de 2015.

Deputada **TELMA RUFINO**

17/6/15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

INDICAÇÃO Nº , DE IND 4200 /2015

(Autor: Deputada Telma Rufino)

SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS, A IMPLEMENTAÇÃO DE PONTOS DE ENCONTROS COMUNITÁRIOS – PEC's NA REGIÃO DE ÁGUAS CLARAS.

> SETAS - 000152 <

JUSTIFICATIVA

Trata-se de justa reivindicação dos moradores daquela Região Administrativa, que lutam por melhorias naquela área, principalmente no que se refere à questão da infraestrutura urbana, desportiva e de lazer daquela Região.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida na nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação, com a certeza de que estaremos atendendo o anseio daqueles que por ali transitam e percebem o problema no que diz respeito aos equipamentos urbanos disponíveis no local.

APLSD 16/06/2015 14:03

Sala das Sessões, de junho de 2015.

Deputada **TELMA RUFINO**

17 · 6 · 15

> SETAS - 000153 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LILIANE RORIZ

INDICAÇÃO Nº IND 4201/2015
(Da Deputada Liliane Roriz)

SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL DO GOVERNO DE BRASÍLIA A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO SINTÉTICO NO 11º BATALHÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA RA - XII.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL,** nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Governo de Brasília, a construção de um campo sintético no 11º Batalhão da Região Administrativa de Samambaia RA - XII.

JUSTIFICAÇÃO

A construção de um campo sintético no 11º Batalhão de Samambaia é de suma importância não só para o Grupamento Militar mais também para toda a comunidade de Samambaia, pois, além de promover a saúde e condição física que todo o policial Militar deve ter para desenvolver suas atividades cotidianas, ira possibilitar a criação de projetos sociais esportivos voltados a comunidade e, em especial às crianças e adolescentes, assim como já ocorre dentro de diversos Batalhões da Polícia Militar no DF, a exemplo do Projeto Social "Bom de Bola – Craque na Escola".

Assim, sabendo que o esporte ajuda na educação e formação das crianças e adolescentes. Estamos certos de que se o nosso pedido for atendido, haverá uma melhoria da qualidade de vida daquela população, afastando os jovens das drogas e da criminalidade em geral.

Sala das comissões,

LILIANE RORIZ
Deputada Distrital

Praça Municipal, Quadra 02, 3º andar, Gabinete. 16 Brasília/DF – CEP: 70.094.902
Fone: (061)3348-8160 a 8162, Fax: 3348-8163
E-mail: dep.lilianeroriz@cl.df.gov.br – site: WWW.lilianeroriz.com.br

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebido em 16.6.15 às 17h

> SETAS - 000154 <

LIDO
em 17/6/15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LILIANE RORIZ

IND 4202/2015

INDICAÇÃO Nº
(Da Deputada Liliane Roriz)

Sugere ao Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Governo de Brasília - SINESP a operação tapa buraco na QNM 38 Conjunto "O" casa 20 Setor M Norte, Taguatinga Norte – RA III.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL,** nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Governo de Brasília - SINESP a operação tapa buraco na QNM 38 Conjunto "O"; Setor M Norte; Taguatinga Norte – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme apontam inúmeras reivindicações dos moradores de Taguatinga as ruas da QMN 38, conjunto O; em frente as casas 20 a 25, encontram-se em péssimo estado de conservação e ocasionam diversos transtornos aos moradores que transitam diariamente por aquela região. A presença de ruas esburacadas além de trazer um aspecto negativo para a cidade vem causando sérios acidentes, como quedas de crianças e idosos e prejuízos aos moradores que possuem automóveis.

A realização de serviços como a operação tapa buraco, irá contribuir para que essas vias possam oferecer condições de tráfego de veículos e melhor qualidade de vida para toda comunidade de Taguatinga.

Assim, solicito respeitosamente o apoio de meus nobres pares na aprovação desta indicação que será, sem dúvida alguma, de grande valia para a citada comunidade.

Sala das comissões,

LILIANE RORIZ
DEPUTADA DISTRITAL

Praça Municipal, Quadra 02, 3º andar, Gabinete. 16 Brasília/DF – CEP: 70.094.902
Fone: (061)3348-8160 a 8162, Fax: 3348-8163
E-mail: dep.lilianeroriz@cl.df.gov.br – site: WWW.lilianeroriz.com.br

16/6/15 17h

> SETAS - 000155 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE
Gabinete 5 - 2º Andar Telefones: 3348-8050/8052

INDICAÇÃC

IND 4203 /2015

LIDO
Em 17.6.15

(Do Senhor Deputado Wasny de Roure)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, a instalação de uma unidade do DETRAN nas proximidades da Feira de Samambaia Sul.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, a instalação de unidade do DETRAN nas proximidades da Feira de Samambaia, localizada na QN 510 Sul.

JUSTIFICAÇÃO

Ass. Ed. 17 Jun 2015 12:04 12434

A Região Administrativa de Samambaia foi criada oficialmente em 25 de outubro de 1989, pela lei 49 e decreto 11.921, sendo a 12ª Região Administrativa do Distrito Federal – RA XII. A escolha do seu nome deve-se à nascente do córrego Samambaia que tem sua origem na cabeceira da cidade, após as quadras 127 e 327 até a DF-180.

Foi concebida para conter 330 mil habitantes e acolher, especialmente, famílias carentes que residiam em condições precárias e abrigar o alto número de pessoas que migravam de outras partes do país para o DF. Segundo a projeção da CODEPLAN, Samambaia tem hoje mais de 220 mil habitantes, sendo a quarta cidade mais populosa do Distrito Federal, com forte tendência a ter esse número ampliado, devido ao seu crescimento vertical.

Devido ao seu planejamento urbanístico, com vias amplas, metrô, hospitais públicos e particulares, asfaltamento e boa rede de esgotos, a cidade oferece qualidade de vida para os

seus habitantes e tem atraído novos moradores, em especial da classe média, que passaram não apenas a investir, mas a morar na região.

Com o crescimento da população novas necessidades foram sendo identificadas, dentre elas a instalação de uma unidade do DETRAN para atender uma significativa parcela dos seus habitantes.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para **APROVAÇÃO** da presente Indicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2015.

Deputado WASNY DE ROURE/PT-DF

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO

MOÇÃO Nº _____ MOC 121 /2015

Hipoteca apoio e reivindica providencias do Poder Executivo do Distrito Federal para prorrogação do prazo de vigência dos contratos temporários dos educadores Sociais que prestam serviços à Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal.

> SETAS - 000157 <

Senhora Presidente, da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Com fulcro no art. 144, §3, do Regimento Interno, vimos requerer que esta Casa encaminhe a Moção que Hipoteca Apoio e reivindica providencias do Poder Executivo do Distrito Federal para prorrogação do prazo de vigência dos contratos temporários dos educadores Sociais que prestam serviços à Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

A Presente Moção tem a finalidade hipotecar apoio para que seja prorrogado o prazo de vigência dos contratos temporários dos Educadores Sociais que prestam serviços à Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal.

Os Educadores Sociais, prestam serviços junto a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal do Distrito Federal, e desempenham atividades nas unidades de internamento dando cumprimento a obrigação do Estado de possibilitar o desenvolvimento de atividades socioeducativas, previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, auxiliando a execução de tarefas relativas ao comportamento, à

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO

segurança , à vigilância, à guarda, ao oferecimento de atividade física e de lazer, e à execução de atividades socioeducativas a serem desenvolvidas pelas unidades nas respectivas unidades.

Hoje os contratados temporariamente representam 60% por cento da mão de obra necessária para o desenvolvimento dessas atividades já descritas, sendo que a interrupção das atividades poderá acarretar a suspensão de todo o processo de socialização dos menores apreendidos nas unidades.

Os contratos temporários, em sua totalidade, terão validade somente até o dia 06 de julho do corrente ano, visto que foram assinados em 07 de julho de 2014.

Conforme determina a legislação, os contratos temporários poderão ser mantidos por até dois anos. Os contratos assinados para essa finalidade poderão a critério do Poder Executivo, serem prorrogados por mais um ano.

> SETAS - 000158 <

Assim, diante da necessidade de continuidade da implementação das atividades socioeducativas dos ocupantes das unidades de internação, reivindica-se do Poder Executivo a prorrogação dos feridos contatos, dando garantia ao estado da implementação das ações de ressocialização e de garantia de emprego aos contratados por mais um ano de serviço.

Por isso, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação da presente Moção de Apoio e reinvindicação.

Dep. Cristiano Araújo

Dep. Celina Leão

Dep. Chico Leite

Dep. Chico Vigilante

Dep. Dr. Michel

Dep. Joe Vale

Dep. Juarezão

Dep. Júlio Cesar

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO

Dep. Liliane Roriz

Dep. Lira

Dep. Luzia de Paula

Dep. Prof. Reginaldo Veraz

Dep. Prof. Israel

Dep. Rafael Prudente

Dep. Raimundo Ribeiro

Dep. Ricardo Vale

Dep. Robério Negreiros

Dep. Rodrigo Delmasso

Dep. Sandra faraj

Dep. Telma Rufino

Dep. Wasny de Roure

Dep. Wellington Luiz

> SEI TAS - 0001159 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras

Assessoria jurí

MOÇÃO Nº , MOC 122 /2015 Em 17/6/15

(Deputado **Professor Reginaldo Veras**)

Manifesta Louvor ao Fórum Distrital de Educação, aos seus membros e colaboradores, em razão do laborioso trabalho na elaboração do Anteprojeto do Plano Distrital de Educação 2015/2024.

> SETAS - 091000 <

Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares manifestar Moção de Louvor ao Fórum Distrital de Educação, aos seus membros e colaboradores, em razão do laborioso trabalho na elaboração do Anteprojeto do Plano Distrital de Educação 2015/2024.

JUSTIFICAÇÃO

O Chefe do Executivo ofertou a esta Casa o Projeto de Lei nº 428/2015 que institui o Plano Distrital de Educação para os anos de 2015 a 2024.

A proposição legislativa em questão se embasou num Projeto Técnico de caráter altamente democrático, vez que foi elaborado com a participação de vários setores da sociedade, de entidades representativas e especialistas na área de educação.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebido 17/6/15 11h50
Assinatura Matrícula

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras
Assessoria jurídico-legislativa

A educação distrital se embasará, no próximo decênio, pelas diretrizes estabelecidas no referido diploma normativo e, ressalvadas algumas alterações empreendidas pela Câmara Legislativa, o grande trabalho intelectual de suas normas e diretrizes é fruto do trabalho honroso, árduo e técnico da Secretária de Estado da Educação, de diversas entidades de classe, organizações sindicais, especialistas e representantes da sociedade civil.

Assim, diante do laborioso trabalho dos integrantes e colaboradores do Fórum Distrital de Educação é que se propõe a presente MOÇÃO DE LOUVOR a todos eles.

Brasília-DF, 17 de junho de 2015.

Sala das sessões, em ...

Deputado Professor REGINALDO VERAS

> SEI/GDF - 000161 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras
Assessoria jurídico-legislativa

]

Brasília-DF, ___ de _____ de 2015.

SENHORES E SENHORAS INTEGRANTES DO FÓRUM DISTRITAL DE EDUCAÇÃO,

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL vem, por iniciativa do Deputado distrital Professor Reginaldo Veras, manifestar louvor ao Fórum Distrital de Educação e a todos os seus integrantes e colaboradores pelo laborioso trabalho de elaboração do Anteprojeto do Plano Distrital de Educação para o decênio de 2015/2024.

Deputada Celina Leão

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

> SETAS - 000162 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO **WASNY** DE ROURE
Gabinete 05 2º andar– Tel: 3348-8052 – Fax: 3348-8053

LIDO
Em 17/6/15
Secretaria Legislativa

REQUERIMENTO Nº 689 /2015

(Do Sr. Deputado Wasny de Roure)

Requer realização de Audiência Pública para debater a revitalização do Centro Cultural Itapuã no Gama (RA II).

> SETAG - 000163 <

Com o amparo no art. 85 e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, combinado com o art. 68 da lei Orgânica do Distrito Federal, requeremos a realização de Audiência Pública para debater a revitalização do Centro Cultural Itapuã (antigo Cine Itapuã), a ser realizada no auditório do Centro de Ensino Médio 02 do Gama (RAII)

JUSTIFICAÇÃO

O Cine Itapuã, interditado desde 2008, foi inaugurado em 28 de Março de 1961 pela Empresa Cinematográfica Paulo Sá. Na década de 80 foi comprado pelos comerciantes locais e doado ao Governo do Distrito Federal. No mesmo período foi reinaugurado passando a ser administrado pelo Cineclube Porta Aberta. Sua doação foi oficializada em julho de 2012. É o segundo espaço cultural mais antigo de Brasília, só perde para o Cine Brasília, fundado em 1960, e foi o primeiro prédio de alvenaria construído no Gama.

Recebi em 16/6/15 16h30
Assinatura

Houve tempos, em que os filmes eram lançados primeiro no Cine Itapuã e só depois exibidos em salas do Plano Piloto. Considerado vanguarda das salas de cinemas de Brasília, o espaço também foi palco de várias edições do Festival de Música Popular do Gama (FMPG). Sempre funcionou como pólo fomentador de cultura e entretenimento. Até sua interdição era o único centro de encontro dos artistas locais.

O não funcionamento daquele espaço faz com que a comunidade do Gama, em especial a cultural, não disponha de local adequado para as manifestações artísticas, culturais e de entretenimento. Portanto faz-se urgência a revitalização daquele importante espaço público.

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:
21 / 10 / 2015
HORA: 19h LOCAL: Auditório

Gabinete do Dep. Wasny Nakle de Roure – Tel: 3348-8052 – Fax: 3348-8053 Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5 – CEP: 70.094-902 – Brasília/DF - MLSS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO **WASNY** DE ROURE
Gabinete 05 2º andar– Tel: 3348-8052 – Fax: 3348-8053

Desta forma, esta Casa não poderia abster-se de qualquer discussão relativa à revitalização daquele espaço.

Ante ao exposto, esperamos o apoio dos nobres Deputados desta Casa para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões,

Deputado WASNY DE ROURE
PT

CHICO LEITE

LUZIA DE PAULA

RODRIGO DELMASSO

JOE VALE

PROF. REGINALDO

DR. MICHEL

> SETAS – 000164 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Lilian

REQUERIMENTO RQ 690 /2015
(Da Senhora Deputada Liliane Roriz)

Requer a realização de Sessão Solene no dia 21 de setembro de 2015, para comemorar o "Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência".

> SETAS - 000165 <

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do art. 124 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requeiro a realização de Sessão Solene no dia 21 de setembro de 2015, no plenário dessa Casa de Leis, para celebrarmos e comemorar o "Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência".

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 16/5/15 às 16:50

JUSTIFICAÇÃO

Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência foi instituído pelo movimento social em Encontro Nacional, no ano de 1982, com todas as entidades nacionais. O dia 21 de setembro foi escolhido pela proximidade com a primavera e com o dia da árvore, numa representação do nascimento das reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições. A data foi oficializada através da Lei Federal nº 11.133, de 14 de julho de 2005.

Todos os dias são 'dias de luta' para as pessoas com deficiência! A Sociedade precisa perceber que o desenvolvimento sustentável demanda acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em todos os níveis.

As pessoas com deficiência no Brasil somam mais de 23% da população, mas isso não se reflete no quantitativo de políticas públicas para o segmento. Apesar dos avanços, ainda temos muitas coisas para serem resolvidas.

Assim, o nosso objetivo é unir a sociedade e promover uma maior compreensão dos assuntos concernentes a pessoa com deficiência aumentando a consciência dos benefícios trazidos pela integração em cada aspecto da vida política, social, econômica e cultural.

Assim, peço o apoio dos Nobres Parlamentares para a realização de tão importante Sessão Solene.

Sala das Sessões,

Liliane Roriz
Deputada Distrital

DATA: 21/9/15 HORA: 11:00 LOCAL:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL LILIANE RORIZ

Secretaria Legislativa

RQ 691 /2015

REQUERIMENTO
(Da Senhora Deputada Liliane Roriz)

Requer a realização de Sessão Solene em comemoração ao 3º aniversário do Colégio Militar Tiradentes, a realizar-se no dia 6 de agosto de 2015.

> SETAS - 997000 <

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Com fulcro no art. 124 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, venho requerer a realização de Sessão Solene em comemoração ao 3º aniversário do Colégio Militar Tiradentes a realizar-se às 9h30min do dia 6 de agosto de 2015, no plenário desta Casa de Leis.

JUSTIFICAÇÃO

ASSESSORIA DE PLENÁRIO

O pressuposto militar do Colégio é de natureza educativa, apregoando valores e convicções democráticas de acordo com os princípios básicos da hierarquia e disciplina, alicerçados nas relações éticas e morais, no patriotismo, no reconhecimento e responsabilidade social e na inovação pelo estímulo da criatividade, preparando os alunos para o pleno exercício da cidadania e do civismo, dando a eles a oportunidade de exercerem seus direitos e obrigações como cidadãos brasileiros.

A iniciativa tem como objetivo comemorar o terceiro aniversário do Colégio Militar Tiradentes em face de sua importância, assim, nada mais justo do que homenagearmos com uma sessão solene.

Diante disso, conclamo o apoio dos nobres pares para aprovação do Requerimento em questão.

Sala das sessões, em

LILIANE RORIZ
Deputada Distrital

DATA RECEBIDA NA SECRETARIA DE EVENTOS

Praça Municipal, Qd 02, 3ºAndar, Gabinete 16, Brasília/DF – CEP: 70.094-902
Telefones: (61) 3348.8160 a 8162, Fax: 3348.8163
www.lilianeroriz.com.br - deputada@lilianeroriz.com.br

> SETAS - 000167 <

17 6 15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Liliane Roriz

RQ 692 /2015

REQUERIMENTO
(Da Senhora Deputada Liliane Roriz)

Requer a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 453/2015.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Com fundamento no inciso VIII do art. 175 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a Vossa Excelência que declare a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 453, de 2015 de autoria da Deputada Sandra Faraj, a qual regulamenta as manifestações artísticas e culturais nas estações do Metrô no Âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 453, de 2015 trata da regulamentação das manifestações artísticas e culturais nas estações do Metrô no Âmbito do Distrito Federal. Entretanto, verificamos que a Proposição em comento possui teor semelhante ao Projeto de Lei nº 40/2015 que disciplina em seu Art. 1º a permissão de apresentações artísticas nas estações metroviárias e rodoviárias do Distrito Federal, conforme se vê:

> ***Art. 1° Fica permitida aos artistas, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo, a apresentação gratuita de seu trabalho em vias, parques, praças públicas, estações metroviárias e rodoviárias, sendo vedada qualquer forma de comercialização em tais apresentações.***

Praça Municipal, Qd 02, 3°Andar, Gabinete 16, Brasília/DF – CEP: 70.094.902
Telefones: (61) 3348.8160 a 8162, Fax: 3348.8163
www.lilianeroriz.com.br - deputada@lilianeroriz.com.br

16 6 15 17h

> SETAS - 000168 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Liliane Roriz

Estando a proposição, inclusive com parecer favorável na Comissão de Educação Saúde e Cultura, e por tratar-se de projeto de lei ordinária de teor igual ao de proposição da mesma espécie que já tramita na Câmara Legislativa, requeiro a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 453/2015.

Sala de Sessões, em 2015

LILIANE RORIZ

DEPUTADA DISTRITAL

Praça Municipal, Qd 02, 3ºAndar, Gabinete 16, Brasília/DF – CEP: 70.094.902
Telefones: (61) 3348.8160 a 8162, Fax: 3348.8163
www.lilianeroriz.com.br - deputada@lilianeroriz.com.br

> SETAS - 000169 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

LIDO
Em 17 / 6 / 15

REQUERIMENTO Nº RQ 693 /2015
(Do Senhor Deputado Julio Cesar)

Requer a realização de Audiência Pública, para discutir a regularização dos "puxadinhos" de áreas comerciais e residenciais já consolidadas na Região Administrativa de Samambaia- RA XII.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa:

Com fundamento no art. 145 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de Audiência Pública, para discutir a regularização dos "puxadinhos" de áreas comerciais e residenciais já consolidadas na Região Administrativa de Samambaia- RA XII.

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS: 27 / 08 / 2015
HORA: 14 LOCAL: EST

JUSTIFICAÇÃO

Samambaia foi criada no dia 25 de outubro de 1989, para assentar famílias oriundas de invasões e fundos de quintal, vindas de diversas partes do país para o Distrito Federal. Com a oficialização, através da lei 49 e decreto 11.291, se tornou a 12ª Região Administrativa do Distrito Federal - RA XII/DF, e passou a ser urbanizada.

O projeto urbanístico foi elaborado 11 anos antes, em 1978, pelo Plano Estrutural de Organização Territorial - PEOT implementado em 1982. Os primeiros lotes na cidade foram vendidos na quadra 406 e no Setor de Mansões Leste (hoje Taguatinga). Já em 1985, os primeiros moradores começaram a viver na cidade.

Três anos após as primeiras ocupações, foram construídas 3.381 casas destinadas a famílias de baixa renda, principalmente de funcionários públicos. A casa própria foi adquirida com o apoio do Sistema Habitacional de Interesse Social - SHIS mediante financiamento do Banco Nacional.

A partir de 1989 a cidade passou a receber um grande número de famílias em busca do seu 'lugar ao sol'. Hoje Samambaia figura entre as cidades que mais crescem no Distrito Federal e no Brasil, de olho no desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

O que acontece em Brasília, principalmente em Samambaia, é um grande número de "puxadinhos", que são feitos para aumentar o imóvel, se justifica devido aos tamanhos dos terrenos que compromete as moradias, bem como, os lotes comerciais que hoje configura um crescimento considerável na economia da cidade.

O puxadinho é uma forma de construção informal através da qual a população de baixa renda resolve o problema de espaço sem investir muito em uma reforma completa ou na compra de um outro imóvel de maior tamanho.

A necessidade de regularização dos imóveis residenciais e comerciais na Região Administrativa de Samambaia deve-se ao fato de já estar consolidada todas as

> SETAS - 000170 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

mudanças sem comprometer a estética do imóvel, mas, apenas para complementar o comércio e/ ou dar mais ambiência ao imóvel.

De forma a solucionar definitivamente a regularização dos "puxadinhso" de áreas comerciais e residenciais já consolidadas na Região administrativa de Samambaia é que sugerimos a presente Audiência Pública.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, / de 2015.

JULIO CESAR
Deputado Distrital- PRB

Deputado AGACIEL MAIA
PTC

Deputado BISPO RENATO
PR

Deputada CELINA LEÃO
PDT

Deputado CHICO LEITE
PT

Deputado CHICO VIGILANTE
PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PTB

Deputado DR. MICHEL
PP

Deputado JOE VALLE
PDT

Deputado JUAREZÃO
PRTB

Deputada LILIANE RORIZ
PRTB

Deputado LIRA
PHS

Deputada LUZIA DE PAULA
PEN

Deputado Prof. ISRAEL BATISTA
PV

Deputado Prof. REGINALDO VERAS
PDT

> SETAS - 000171 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

Deputado RAFAEL PRUDENTE
PMDB

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
PSDB

Deputado RICARDO VALE
PT

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB

Deputado RODRIGO DELMASSO
PTN

Deputada SANDRA FARAJ
SD

Deputada TELMA RUFINO
PRL

Deputado WASNY DE ROURE
PT

Deputado WELLINGTON LUIZ
PMDB

> SETAS - 000172 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

RQ 694 /2015

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Julio Cesar)

LIDO
Em 17/6/15
Secretaria Legislativa

Requer a realização de Audiência Pública, para discutir a construção de creches e demais problemas pertinentes à área da infância na Região Administrativa do Recanto das Emas- RA XV.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa:

Com fundamento no art. 145 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de Audiência Pública, para discutir a construção de creches e demais problemas pertinentes à área da infância na Região Administrativa do Recanto das Emas- RA XV.

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:
26 / 06 / 2015
HORA: 15 LOCAL: CL
11899

JUSTIFICAÇÃO

A falta de creches é um dos problemas mais sentidos pela classe trabalhadora, em particular pelas mulheres sobre quem recai a responsabilização pelo cuidado com os filhos. Mesmo representando hoje cerca de 50% da força de trabalho, o não atendimento à demanda da educação infantil é o principal motivo para as mulheres deixarem seus empregos: menos de 2 a cada 10 crianças de 0 a 3 anos conseguem vagas. Resultado: muitas vezes as mães acabam deixando suas crianças com familiares ou cuidadoras, sem nenhuma capacitação profissional, sem espaços/equipamentos adequados e nenhuma segurança.

A educação infantil é um direito da criança até seis anos de idade, garantido no artigo 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXV. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, incluiu a primeira infância na área da educação (até então era vinculada à Assistência Social) e previu o direito à creche, a ser garantida pelos Estados e Municípios.

São raras as vagas nas poucas creches públicas existentes e, quando se consegue, estas raramente são em período integral. Muitas oferecem períodos de apenas 4 horas. Onde deixar a criança após esse período se a maioria das trabalhadoras têm que cumprir 8 horas de trabalho diário e perde ainda no mínimo duas horas no trânsito para se locomover?

De forma a solucionar os diversos problemas relacionados a área da infância faremos referência para os cargos da CEPIS (Centro de Educação da Primeira Infância) que tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança e envolvem aspectos físicos, motores, sociais, emocionais e cognitivos, associados aos cuidados e à

> SETAS - 000173 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

educação oferecida, que hoje é gerido por uma entidade parceira que faz a gestão da sua forma contratando funcionários como lhe convém.

Por esses e outros motivos é que sugerimos a presente Audiência Pública.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, / de 2015.

JULIO CESAR
Deputado Distrital - PRB

Deputado AGACIEL MAIA
PTC

Deputado BISPO RENATO
PR

Deputada CELINA LEÃO
PDT

Deputado CHICO LEITE
PT

Deputado CHICO VIGILANTE
PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PTB

Deputado DR. MICHEL
PP

Deputado JOE VALLE
PDT

Deputado JUAREZÃO
PRTB

Deputada LILIANE RORIZ
PRTB

Deputado LIRA
PHS

Deputada LUZIA DE PAULA
PEN

Deputado Prof. ISRAEL BATISTA
PV

Deputado Prof. REGINALDO VERAS
PDT

Deputado RAFAEL PRUDENTE
PMDB

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
PSDB

> SETAS - 000174 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

Deputado RICARDO VALE
PT

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB

Deputado RODRIGO DELMASSO
PTN

Deputada SANDRA FARAJ
SD

Deputada TELMA RUFINO
PPL

Deputado WASNY DE ROURE
PT

Deputado WELLINGTON LUIZ
PMDB

> SETAS - 000175 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

REQUERIMENTO Nº RQ 695 /2015
(Do Senhor Deputado Julio Cesar)

Requer a realização de Sessão Solene no dia 14 de agosto de 2015, às 19h, no Plenário, para o Dia Internacional da Juventude.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa:

Com fundamento no art. 124 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de Sessão Solene no dia 14 de agosto de 2015, às 19h, no Plenário, para o Dia Internacional da Juventude.

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS
14 / 08 / 2015
HORA: 19 LOCAL: PL

JUSTIFICAÇÃO

O **Dia Internacional da Juventude** celebra-se a 12 de agosto, por resolução da Assembleia Geral da ONU em 1999, em resposta à recomendação da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, reunida em Lisboa, de 8 a 12 de Agosto de 1998.

No Brasil, a data entrou para o calendário oficial através do Decreto 10.515, do ano de 2002. A comemoração pretende dar mais visibilidade aos problemas enfrentados por nossa juventude, tais como a educação de baixa qualidade, más condições de vida e desrespeito aos direitos do cidadão. Além disso, o Dia Internacional da Juventude visa instigar o comprometimento de toda a sociedade com a causa.

A temática acerca dos direitos da juventude vem ganhando espaço e se consolidando em nosso país como uma questão de relevância pública de grande parte dos movimentos, entidades e formuladores de políticas, tendo conquistado avanços significativos. Atualmente, somando um grupo que ultrapassa a marca de um bilhão, os jovens do mundo representam o futuro de nossa sociedade. É neste grupo que encontraremos os grandes líderes de amanhã nos altos cargos do governo ou de grandes empresas.

Entretanto, muitos desses jovens de todo o mundo não têm a educação, a liberdade e as oportunidades que merecem. Mas, apesar das dificuldades enfrentadas, eles vêm se mobilizando em grande número para construir um futuro melhor. Para que esse futuro se torne realidade, não só o governo, mas toda a sociedade deve cumprir seu papel na educação e na inserção desses jovens no mercado de trabalho.

Não apenas um motivo de celebração, a data serve de referencial para entidades dos movimentos sindicais, sociais e populares como oportunidade para dar visibilidade às lutas da juventude ao redor do mundo. Esses grupos comemoram com a realização de manifestações, debates e atos públicos em defesa dos direitos da juventude. A data, de extrema importância, deve ser celebrada, pois é através dela

> SETAS - 000176 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

que se torna possível despertar na juventude brasileira a importância de ouvir, reconhecer opiniões diferentes, resolver seus conflitos, viabilizando a construção de um futuro repleto de oportunidades e dignidade.

Neste dia várias instituições públicas oferecem acesso gratuito e descontos a todos os jovens em diversos bens e serviços, como museus, galerias de arte e exposições, de forma a celebrar o Dia Internacional da Juventude (também conhecido como Dia Mundial da Juventude).

Transportes públicos, cinemas e lojas comerciais são outros serviços que promovem campanhas promocionais neste dia.

Importância dos jovens no desenvolvimento da sociedade civil

- A ONU define como jovens aqueles com idades entre os 15 e os 24 anos.
- Os jovens representam 18% da população global ou 1,2 mil milhões de pessoas.
- 87% dos jovens vivem em países em desenvolvimento enfrentando desafios trazidos pelo acesso limitado a recursos, a cuidados de saúde, educação, emprego, entre outros.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, / de 2015.

JULIO CESAR
Deputado Distrital - PRB

Deputado AGACIEL MAIA
PTC

Deputado BISPO RENATO
PR

Deputada CELINA LEÃO
PDT

Deputado CHICO LEITE
PT

Deputado CHICO VIGILANTE
PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PTB

Deputado DR. MICHEL
PP

Deputado JOE VALLE
PDT

> SETAS - 000177 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

Deputado JUAREZÃO PRTB	Deputada LILIANE RORIZ PRTB
Deputado LIRA PHS	Deputada LUZIA DE PAULA PEN
Deputado Prof. ISRAEL BATISTA PV	Deputado Prof. REGINALDO VERAS PDT
Deputado RAFAEL PRUDENTE PMDB	Deputado RAIMUNDO RIBEIRO PSDB
Deputado RICARDO VALE PT	Deputado ROBÉRIO NEGREIROS PMDB
Deputado RODRIGO DELMASSO PTN	Deputada SANDRA FARAJ SD
Deputada TELMA RUFINO PPL	Deputado WASNY DE ROURE PT
Deputado WELLINGTON LUIZ PMDB	

> SETAS - 000178 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

LIDO
Em 17/6/15
Secretaria Legislativa

REQUERIMENTO Nº RQ 696 /2015
(Do Senhor Deputado Julio Cesar)

Requer a realização de Sessão Solene no dia 14 de agosto de 2015, às 19h, no Plenário, para o Lançamento da Frente Parlamentar da Juventude.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa:

Com fundamento no art. 124 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de Sessão Solene no dia 14 de agosto de 2015, às 19h, no Plenário, para o Lançamento da Frente Parlamentar da Juventude.

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:
14 / 08 / 2015
HORA: 19 LOCAL: PL

JUSTIFICAÇÃO

A juventude é o período de vida que normalmente ocorre entre a infância e a idade adulta, De acordo com as disposições estabelecidas pelas agências das Nações Unidas, agências para determinar exatamente quando o período de anos no qual a juventude acontece, poderíamos dizer que ocorre entre 15 e 25 anos, sendo, portanto, uma das etapas mais importantes da vida de intrinsecamente definir a pessoa, seus interesses, seus projetos e suas relações com o mundo ao seu redor.

Sempre foi muito complexo tentar definir as idades e fases do homem com termos definitivos ou parâmetros preestabelecidos. Isto pode ser apreciado de forma mais acentuada no caso do conceito de juventude, já que tais elementos variam em cada caso presente, por se tratar de uma fase de busca de identidade, com certa desesperança ou desespero implícito, uma grande quantidade de energia e de entrada para o mundo social independente.

A juventude é o tempo de vida quando se começa a estabelecer sua identidade que irá acompanhá-lo mais ou menos pelo resto de sua vida. Aqui entram não apenas as formas de se mover, se comportar ou agir, mas também todas as projeções, expectativas e sonhos que o indivíduo pode começar a moldá-las para sua vida futura.

Nesta fase as funções vitais atingem a sua plenitude e máximo desenvolvimento. É a idade de ouro da vida, onde a energia e vitalidade são a característica principal, mas também a mais exigente na preparação para a entrada no mundo adulto, tentando encontrar a própria identidade, mas nem todo mundo acha a possibilidade de inclusão em um mundo cada vez mais competitivo.

A juventude é também a toma de consciência da necessidade de independência da família, bem como a entrada do mundo, composto por grande parte da sociedade.

A juventude é lembrada por muitos dos indivíduos como uma das etapas mais bonitas e interessantes da vida, mesmo com todos os seus contras. Isso é especialmente verdade porque a juventude marca o tempo das amizades, da

> SETAS - 000179 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

construção e dos relacionamentos duradouros, a definição da nossa própria identidade, tomando posições sobre certos fatos e, finalmente, a aquisição de certos níveis de maturidade emocional, intelectual e social.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, / de 2015.

JULIO CESAR
Deputado Distrital - PRB

Deputado AGACIEL MAIA PTC	Deputado BISPO RENATO PR
Deputada CELINA LEÃO PDT	Deputado CHICO LEITE PT
Deputado CHICO VIGILANTE PT	Deputado CRISTIANO ARAÚJO PTB
Deputado DR. MICHEL PP	Deputado JOE VALLE PDT
Deputado JUAREZÃO PRTB	Deputada LILIANE RORIZ PRTB
Deputado LIRA PHS	Deputada LUZIA DE PAULA PEN
Deputado Prof. ISRAEL BATISTA PV	Deputado Prof. REGINALDO VERAS PDT
Deputado RAFAEL PRUDENTE PMDB	Deputado RAIMUNDO RIBEIRO PSDB

> SETAS - 000180 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

Deputado RICARDO VALE
PT

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB

Deputado RODRIGO DELMASSO
PTN

Deputada SANDRA FARAJ
SD

Deputada TELMA RUFINO
PPL

Deputado WASNY DE ROURE
PT

Deputado WELLINGTON LUIZ
PMDB

> SETAS - 000181 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE

LIDO
Em 17/6/15
Secretaria Legislativa

REQUERIMENTO Nº RQ 697 /2015

(Do Deputado JOE VALLE)

Requer a realização de audiência pública para discutir a "Universalização da oferta da Educação Infantil e Expansão do acesso a creches no Distrito Federal".

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Com o amparo dos art. 85 e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requeiro a realização de Audiência Pública a ser realizada no dia 23 de junho na Faculdade de Educação – Prédio da FE1 – Universidade de Brasília – UnB, para discutir sobre a "Universalização da oferta da Educação Infantil e expansão do acesso a creches no Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Histórica e culturalmente o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches ou entidades equivalentes era efetuado e mantido por programas e políticas de assistência social.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicitaram na legislação pátria a normativa que reflete a nova e acertada concepção.

Alcançar aqueles de dela necessitem. Portanto, compensatórias. Já, a Educação, dever do estado e direito de todos, está inserida na linha de ação de políticas sociais básicas, cuja natureza é a universalização do acesso, independentemente da classe econômica. Portanto, universal.

> SETAS - 000182 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação escolar compõe-se de educação básica e educação superior. O artigo 21 define que a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

O artigo 22, da LDB, expressa que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. O artigo 29, do mesmo diploma legal, especifica que a finalidade na educação infantil é o desenvolvimento integral da criança até os 06 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O artigo 30 estabelece que a educação infantil será oferecida nos seguintes moldes: a) para crianças até 03 anos de idade em creches ou entidades equivalentes; b) para crianças de 04 a 06 anos de idade em pré-escolas.

Em razão do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do poder público assegurar o direito das crianças e adolescentes à educação. O artigo 54 do ECA, inciso IV, expressa que é dever do Estado assegurar à criança atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 06 anos de idade.

O Ministério Público considera que a educação infantil é fundamental para o bom e pleno desenvolvimento da criança. Sabe-se que fatos ocorridos na primeira idade repercutem na adolescência ou na vida adulta do indivíduo. Daí a importância de haver maiores cuidados nesta faixa de idade. Entre a criança permanecer nas ruas ou sob cuidados de pessoas não qualificadas, melhor solução é ofertar escolas de educação infantil. Uma criança que sofre maus tratos, tende a apresentar problemas de natureza psicológica, capaz de comprometer sua vida adulta. Quanto antes for verificada tal situação, com adequado tratamento, maior a chance de recuperação e garantia de vida adulta sadia. É na escola, na maior parte das vezes, que se desvendam os segredos dos lares de pais, padrastos, ou outros responsáveis maltratantes de crianças. Ademais, a Escola prepara para a satisfação de múltiplas necessidades humanas. Compreender isso, é compreender a função social da escola.

Pela leitura do ECA, o acesso à educação infantil é universal, em que pese não haver obrigatoriedade dos pais em colocá-los na escola até os seis anos de idade. Pelo artigo 18, a educação infantil deve integrar o sistema municipal de ensino. Dessa forma, fica evidente que os municípios deverão priorizar seus investimentos na educação infantil, sem prejuízo da oferta regular do ensino fundamental. Sabe-se que o poder público não assegura, ainda, o atendimento de 100% da demanda na educação infantil. Em razão dos dispositivos legais mencionados tem-se que, gradativamente, e de forma articulada com as demais políticas e programas, deverá haver um aumento no número de vagas na educação infantil, até que se possa atender plenamente a demanda neste nível de educação.

> SETAS - 000183 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE

Crianças que frequentam escolas de educação infantil ganham maior estímulo e tornam-se mais preparadas para ingressar no ensino obrigatório, com melhor aproveitamento escolar. A Constituição Federal considera a criança prioridade absoluta, sendo esta um sujeito de direitos e por ser pessoa em desenvolvimento é merecedora de atendimento na área educacional desde os primeiros anos de sua vida.

Assim, é urgente que haja a reordenação das instituições e a implementação das políticas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. A política educacional trata de assegurar um dos direitos elementares, que é o direito de acesso à escola e, sobretudo, a um atendimento de qualidade tanto na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Contudo, nunca esquecendo a importância de efetuar essa política de atendimento através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais.

Diante do apelo de toda a comunidade escolar e do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, solicito a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2015.

JOE VALLE
Deputado Distrital
PDT

DATA/RESERVADA NA AGENDA/SERVIÇO DE EVENTOS:
23/06/15
HORA: 10h LOCAL: Entrada
POR CONTA DO GABINETE

> SETAS - 000184 <

17/6/15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Autoria: Deputada Telma Rufino)

RQ 698 /2015 REQUER A RETIRADA DE TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA, DO DISTRITO FEDERAL

Requeiro, com base no art. 136, § 2º do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a retirada de tramitação, no âmbito desta Casa, do Projeto de Lei de minha autoria de nº 378/2015 que: " Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nas embalagens dos produtos alimentícios congelados o peso anterior drenado e o peso efetivo posterior ao congelamento dos mesmos".

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se necessário o pedido de retirado e arquivamento do Projeto de Lei 378/2015, de minha autoria, considerando a existência de Lei aprovada com conteúdo semelhante, no âmbito desta Casa de Leis.

Em razão do exposto, requeiro a Vossa Excelência a retirada de tramitação da proposição acima mencionada.

Sala das sessões, em de junho de 2015.

Deputada TELMA RUFINO – PPL

Praça Municipal, Qd 02, 2º Andar, Gabinete 08, Brasília/DF – CEP 70.094.902 –
Fone: (61) 3348-8080/8085, Fax: 33488083

> SETAS - 000185 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

LIDO
17/6/15

REQUERIMENTO N.º RQ 699 /2015

(Do Sr. Deputado RODRIGO DELMASSO)

Requer à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Administração Regional do Guará.

Excelentíssima Senhor Presidente da CFGTC

Requeiro, nos termos dos dispositivos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Administrador Regional do Guará informações sobre o contrato de concessão do Kartódromo Airton Senna.

JUSTIFICATIVA

O kartódromo Airton Senna no Guará foi construído em 1974, atualmente no local funciona uma escola de pilotagem com instrutores para aqueles que não possuem habilidade com kart e também aluguel dos karts além de ocorrem diversas competições.

Dessa forma, requeiro que o Administrador Regional do Guará envie informações sobre o processo de concessão da área pública do kartódromo e ainda cópia do referido processo.

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – Gabinete 4 – CEP 70.094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8042
www.rodrigodelmasso.com.br

> SETAS - 000186 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

O encaminhamento das informações e cópia irá proporcionar uma análise mais detalhada sobre a concessão da área pública, verificando assim, a regularidade dos tramites processuais.

Em vista disso, é importante que a Administrador do Guará, preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Assim, rogo o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em

RODRIGO DELMASSO
Deputado Distrital

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – Gabinete 4 – CEP 70.094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8042
www.rodrigodelmasso.com.br

> SETAS - 000187 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

LIDO
17/6/15

REQUERIMENTO N.º **RQ 700 /2015**

(Do Sr. Deputado RODRIGO DELMASSO)

Requer à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Educação do Distrito Federal, a respeito da nomeação dos pedagogos/orientadores educacionais.

Excelentíssimo Senhor Presidente da CFGTC:

Requeiro, com fulcro no art. 69-C, I, "o" e "p", e nos demais termos dos dispositivos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitada ao Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, informações sobre nomeações de servidores.

JUSTIFICAÇÃO

A crise na área da educação do Distrito Federal, que é de amplo conhecimento, com falta de profissionais tem causado à população muitos transtornos tem escolas que não tem nenhum orientador e em outras, com mais de mil alunos, tem apenas um pedagogo orientador educacional.

Ausências desses profissionais em escolas localizadas na zona rural e nos centros de língua, que somente onde já há conflitos a Secretaria de Educação faz alocação dos profissionais.

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – Gabinete 4 – CEP 70.094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8042
www.rodrigodelmasso.com.br

> SETAS - 000188 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

No entanto, foi realizado concurso público em novembro de 2014 para a contratação de pedagogos orientador educacional, o certame foi homologado conforme Edital nº 09, de 5 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 87, de 7 de maio de 2015.

A carreira Magistério Público do Distrito Federal dispõe de 1200 (mil e duzentos) cargos de Pedagogo Orientador Educacional, dos quais 452 (quatrocentos e cinquenta e dois) atualmente encontram-se vagos, destes 123 (cento e vinte três) oriundas de vagância por aposentadoria.

Diante disso, solicito informações ao Secretário de educação no momento existe o déficit de profissionais e algumas dessas vagas oriundas de aposentadoria porque a Secretaria ainda não nomeou os concursados para ocuparem as referidas vagas.

Assim e em face do disposto no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reputo que cabe a esta Comissão, no exercício de suas atribuições, fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Por todo o delineado, rogo o auxílio dessa Presidência no sentido de ser aprovada a presente Proposição,

Sala das Comissões, em

RODRIGO DELMASSO
Deputado Distrital

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – Gabinete 4 – CEP 70.094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8042
www.rodrigodelmasso.com.br

> SETAS - 000189 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

LIDO
Em 17/6/15
Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO N.º RQ 701 /2015 /2015

(Do Sr. Deputado RODRIGO DELMASSO)

Requer à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC, o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde.

Excelentíssimo Senhor Presidente da CFGTC:

Requeiro, com fulcro no art. 69-C, I, "o" e "p", e nos demais termos dos dispositivos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, informações sobre recursos do Fundo de Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

> **Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 17/6/15 às 15:54
Assinatura Matrícula

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – GABINETE 4 - CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8042
www.rodrigodelmasso.com.br

> SETAS - 000190 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

Parágrafo único. **Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.**

O pedido de informação faz-se necessário, tendo em vista que este Parlamentar, em suas funções fiscalizatórias, precisa tomar conhecimento sobre gastos e também acompanhar a aplicação de recursos financeiros.

Dessa forma, solicito informações se existe recursos do Fundo de Saúde aplicado em CDB? Qual o valor? e ainda, cópia dos extratos bancários dos últimos seis meses das contas referente aplicação.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Em vista disso, é importante que a Secretaria, preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Assim, rogo o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em

RODRIGO DELMASSO
Deputado Distrital

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – GABINETE 4 - CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8042
www.rodrigodelmasso.com.br

> SETAS - 000191 <

LIDO
Em. 17/6/15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº RQ 702 /2015
(Do Sr. Deputado Chico Vigilante)

Requer a convocação do Diretor Presidente da Companhia Energética de Brasília – CEB para prestar esclarecimentos no Plenário desta Casa sobre o futuro estratégico e econômico e a renovação do Contrato de Concessão de Exploração da CEB.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos dos art. 60, inciso XVI. Da lei Orgânica do Distrito Federal, e do art. 145, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Lei, requeiro seja convocado o Diretor-Presidente da Companhia Energética de Brasília – CEB, para prestar esclarecimentos sobre o futuro estratégico e econômica e a renovação do Contrato de Concessão de Exploração da CEB.

JUSTIFICAÇÃO

As empresas públicas e sociedade de economia mista do Distrito Federal necessitam de constantes investimentos para uma prestação de serviço eficiente. Em contrapartida, chega à Casa Projeto de Lei nº 467/2015, de autoria do Poder Executivo, que *"autoriza o Distrito Federal a alienar participação societária de suas empresas, na forma que especifica, e dá outras providências."*

O projeto apresentado, planeja dividir as empresas estatais do Distrito Federal, através da venda de toda a participação acionária representada por ações preferenciais de até 49% (quarenta e nove por cento) das ações ordinárias. Diante disso, o capital das empresas poderá passar, quase que integralmente à inciativa privada, uma vez que, de acordo com a lei das S.A., para assegurar o controle acionários, basta que se tenha 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias, as quais dão direito ao voto.

Recebido 17/6/15 17h20

> SETAS - 000192 <

A aprovação da referida proposição fragilizará as empresas públicas, abrindo espaço para sua completa privatização. Além de achincalhar com patrimônio que pertence ao Distrito Federal.

Assim sendo, resta plenamente justificado o objeto da proposição em análise, espero contar com o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis para a aprovação do presente requerimento.

Sala das sessões, em 16 de junho de 2015.

Deputado Chico Vigilante

Deputada Agaciel Maia

Deputado Wasny de Roure

Deputada Celina Leão

Deputado Chico Leite

Deputado Cristiano Araújo

Deputado Dr. Michel

Deputado Joe Valle

Deputado Juarezão

Deputado Júlio César

Deputada Liliane Roriz

Deputado Lira

Deputada Luzia de Paula

Deputado Prof. Israel

Deputado Prof. ReginaldoVeras

Deputado Rafael Prudente

Deputado Raimundo Ribeiro

Deputado Renato Andrade

Deputado Ricardo Vale

Deputado Robério Negreiros

Deputado Rodrigo Delmasso

Deputada Sandra Faraj

Deputada Telma Rufino

Deputado Wellington Luiz

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 | 06 | 2015	15h20min	54ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 54ª (QUINQUAGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 17 DE JUNHO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária, quarta-feira, 17 de junho de 2015, às 15h20min.

Convido o Deputado Agaciel Maia para secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Aproveito para fazer um apelo aos Srs. Deputados que estiverem na Casa, nos seus gabinetes, para que desçam ao plenário a fim de que possamos votar os projetos dos Deputados, tanto os de primeiro turno, quanto os de segundo turno, já que amanhã, quinta-feira, estaremos em Samambaia e, na terça-feira, em Brazlândia.

Vamos suspender esta sessão por trinta minutos. Aguardamos os Srs. Deputados no plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h24min, a sessão é reaberta às 15h37min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero usar a tribuna esta tarde para falar sobre um dos principais problemas da atualidade, que já afeta também o Distrito Federal, que é a situação dos recursos hídricos.

O Distrito Federal, com uma área de 5.814 km² e uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes, está situado numa região de terras altas que servem como dispersores das drenagens que fluem para as três importantes bacias fluviais do Brasil: Prata, Araguaia-Tocantins e São Francisco. Encontra-se totalmente inserido no bioma Cerrado, um dos mais ricos em biodiversidade do planeta, sendo que 40% de seu território está inserido na Reserva da Biosfera do Cerrado, criada pela Unesco no espírito do programa "Homem e a Biosfera".

Nos últimos anos, em virtude do forte crescimento populacional e da intensificação das atividades econômicas nos setores agropecuário, industrial e de serviços no Distrito Federal, verifica-se uma forte pressão sobre os recursos naturais, colocando em risco o uso sustentável da água, dos solos, da fauna e da flora regionais.

A manutenção da sustentabilidade do desenvolvimento regional deverá, cada vez mais intensamente, se pautar pela garantia do equilíbrio entre as ações voltadas para a promoção do crescimento econômico e a conservação do meio ambiente. Dessa forma, Sras. e Srs. Deputados, existe a necessidade de mudança de alguns paradigmas do desenvolvimento com a busca de racionalização e otimização do uso da água e dos outros recursos ambientais como forma de manutenção da qualidade e da quantidade dos mananciais hídricos, dos solos e da biodiversidade.

Hoje já se afiguram situações de graves conflitos ambientais quanto à ocupação do solo e o uso dos recursos hídricos em todas as principais bacias hidrográficas do Distrito Federal, podendo-se mencionar de forma sucinta as duas principais bacias.

Na Bacia do Descoberto, onde se localiza nosso maior reservatório de água, manancial de abastecimento público de mais de um milhão de pessoas, há urgente necessidade de disciplinamento do uso do solo e do tratamento de esgotos dos novos núcleos urbanos surgidos nos últimos anos. Na área rural, o monitoramento e o controle do uso de agrotóxicos e a racionalização dos processos de irrigação, visando garantir a preservação da qualidade e da quantidade de água, são medidas

necessárias para a compatibilização da vocação agrícola da bacia com o abastecimento público de água.

Na outra, na Bacia do São Bartolomeu, a ocupação territorial desordenada, com a rápida transformação de áreas rurais em loteamentos com características urbanas, promoveu uma impressionante perda da vegetação natural, muitas vezes em áreas de preservação permanentes – matas de galerias, nascentes e veredas – além da impermeabilização de áreas de recarga natural dos aquíferos. A preocupação e a exploração intensiva das águas subterrâneas e o lançamento de esgotos sem tratamento em mananciais são problemas também identificados na Bacia de São Bartolomeu.

Os conflitos, Sr. Presidente, em torno do uso da água são constantes e tendem a aumentar ao longo dos anos, principalmente em razão das mudanças climáticas. Por isso, é urgente que o debate sobre os recursos hídricos não se restrinja apenas aos momentos de estiagem. É essencial que os problemas que já se arrastam por anos a fio se tornem prioridade para o Poder Público. Uma discussão constante sobre o tema pode contribuir para evitar que as dificuldades atuais se tornem ainda mais críticas no futuro. A água é um bem que pode se tornar escasso e requer um gerenciamento eficiente para evitar disputas regionais. Devemos aprender, enquanto é tempo, a gerenciar e compartilhar o problema da falta de água.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, estou propondo para que, nos próximos dias, haja uma grande discussão numa audiência pública sobre os recursos hídricos do Distrito Federal. Nós sabemos que São Paulo já enfrenta um problema sério, sabemos que o Nordeste já enfrenta um problema sério com a falta de abastecimento. Devemos nos prevenir para que o Distrito Federal, em pouco espaço de tempo, não venha a enfrentar os mesmos problemas.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só fazer um relato nesta tarde, aproveitando que o Deputado Dr. Michel está ali no fundo. No dia de hoje, lá no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA, foi finalmente votada a questão dos conselhos para que se pudesse votar em cinco pessoas. Hoje, foi conseguida a vitória. Realmente o CDCA foi vencido na tarde de hoje e passou a haver cinco conselheiros.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Exatamente. Não vai precisar fazer a prova quem já a realizou. É claro que, como sempre, o CDCA entrou com recurso, mas certamente na terça-feira, o dia final do prazo do recurso, a gente terá a vitória 100%.

Eu queria só parabenizar neste ato a Secretária da Criança, Dra. Jane, que realmente se colocou à disposição de resolver essa questão. Hoje a gente alcançou uma grande vitória. Era só para deixar o relato, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continuo fazendo apelo aos Deputados. Nós precisamos de mais deles aqui para que possamos votar os projetos dos próprios Deputados. Vamos aproveitar hoje, já que amanhã estaremos em Samambaia e, na terça-feira, na grande cidade do nosso querido amigo e grande Deputado Juarezão, Brazlândia.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, membros da imprensa, hoje, dia 17 de junho, nós comemoramos o Dia do Funcionário Público Aposentado.

Venho a esta tribuna primeiramente agradecer a todos os profissionais que dedicaram parte de suas vidas em prol do funcionamento da máquina estatal. São pessoas que precisam do nosso reconhecimento e, acima de tudo, da valorização, sentimentos que precisam ser levados em consideração quando os servidores ainda estão na ativa. Espero que essa preocupação seja um dos motivos que levaram o Governo do Distrito Federal a retirar a urgência dos projetos de lei complementar que tratavam da previdência dos servidores do Distrito Federal. A medida, anunciada no fim da semana passada, mostra a sensibilidade do Governador Rollemberg e de sua equipe em ampliar o debate em torno do assunto, até porque os textos haviam sido encaminhados a esta Casa Legislativa sem que nenhum sindicato ou representação dos servidores fosse consultado. A partir de agora, os projetos voltam à mesa de discussão, aos estudos, principalmente para que os sindicatos possam encaminhar as suas propostas e as suas sugestões. Está claro que nós precisamos modernizar o sistema previdenciário para que ele não se torne, lá na frente, um problema. Está claro que nós precisamos, sim, irrigar o sistema previdenciário para que consigamos colocar e garantir o pagamento das aposentadorias para as futuras gerações. Porém, é fato que todas essas propostas, Deputado Chico Vigilante,

precisam ser debatidas com os principais beneficiários, que são os servidores. Eles não podem ser alijados do processo de discussão da reformulação das suas aposentadorias. Quem faz isto, quem encaminha propostas que mexem na aposentadoria do servidor sem consultá-lo pode, muitas vezes, cometer vários erros como os que havia nos projetos que foram encaminhados a esta Casa.

É fato que nós precisamos, sim, trabalhar, revitalizar a Previdência para que o servidor público tenha a garantia, Deputada Liliane Roriz, da sua aposentadoria. E, aqui, eu quero citar, e já quero encerrar minha fala, que o Governador Rodrigo Rollemberg, no seu plano de governo, quando ele fez campanha, Deputado Chico Vigilante, na página 36, diz o seguinte: tanto os servidores quanto a administração pública do DF precisam ser valorizados. E a valorização do servidor público significa que ele tem que participar da elaboração de projetos de lei que venham diretamente afetar ou até mesmo melhorar a qualidade do seu trabalho, principalmente quando se trata de um tema tão relevante, Deputado Ricardo Vale, que é a questão da aposentadoria.

Então, mais uma vez, parabenizo o governo por essa sensibilidade. Também peço ao Governador que chame todas as categorias para fazer um debate dos projetos de aposentadoria. Se for necessário, retire esses projetos da Casa, faça uma reformulação e encaminhe com base naquilo que os servidores decidirem dentro dos seus fóruns competentes.

Era só isso que eu tinha para dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero na tarde de hoje falar de dois assuntos.

O primeiro é relativo a um decreto – não está ainda no *Diário Oficial*, mas foi apresentado hoje pelo Governador Rodrigo Rollemberg – que, mesmo sem estar no *Diário Oficial*, está assustando a cidade. Eu conversei com jornalistas que estiveram na coletiva de imprensa, na qual o Governador apresentou o decreto... E ele se negou a responder qualquer pergunta. O decreto trata – e vai estar no *Diário Oficial* amanhã, mas já estou combatendo agora – de concessão para o poder privado do Parque da Cidade, dos hospitais públicos do Distrito Federal e demais espaços públicos do Distrito Federal. Portanto, quando se fala concessão, ou seja, privatização do Parque da Cidade, quero perguntar o seguinte: o usuário do parque vai pagar ingresso para adentrar o parque? Porque em qualquer canto do mundo você entra em parque sem pagar absolutamente nada! Aqui nós vamos pagar para

entrar no parque? E concessão de hospital, pergunto ao Deputado Juarezão, que é da saúde: conceder o Hospital de Brazlândia para quem? É aquele modelo do Hospital de Santa Maria que deu errado? Portanto, é uma situação realmente grave. Já estou me posicionando contrário. Nós vamos fazer uma audiência pública para debater nesta Casa esse decreto. E o Governador, que falava tanto que teria diálogo com a população, faz dessa maneira, sem nem sequer atender os jornalistas, muito menos consultar a população a respeito disso. Se for para entregar o local onde era a piscina de ondas para que ela possa ser reconstruída e cobrarem, tudo bem. Mas conceder o parque como um todo, ceder para a iniciativa privada... O parque é o único espaço democrático que temos hoje, onde o pobre, o rico e a classe média são tratados com igualdade. Portanto, não vamos aceitar, em hipótese nenhuma, essa ideia absurda de privatização do parque.

Segundo ponto que quero abordar, Sr. Presidente, é a respeito da intolerância religiosa. Eu sou católico, Deputado Ricardo Vale, mas nunca andei me prevalecendo de dizer que sou católico, vou falar hoje, pela primeira vez, dessa tribuna, que sou católico. Sou batizado, sou crismado. Tenho dois filhos batizados e tenho uma neta batizada, também, na Igreja Católica, por sinal, três netos. Eu não posso admitir, Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. que está presidindo a Mesa neste momento, que a intolerância religiosa possa acontecer da maneira como aconteceu no Rio de Janeiro, no dia de ontem.

Tenho aqui uma matéria do *G1*, que é um jornal eletrônico idôneo, que dá conta do seguinte: "Menina vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada. Criança é do candomblé e foi agredida na saída do culto. Avó iniciou campanha na internet e recebeu apoio de amigos. A marca da violência está na cabeça da menina de 11 anos que foi agredida no subúrbio do Rio por intolerância religiosa, mas esta não é a maior cicatriz. 'Achei que ia morrer. Eu sei que vai ser difícil. Toda vez que eu fecho o olho eu vejo tudo de novo. Isso vai ser difícil de tirar da memória', afirmou Kailane Campos, que é candomblecista e foi apedrejada na saída de um culto. Ela deu a declaração em entrevista ao *RJTV* desta terça-feira (16)" – *RJTV* é o jornal local da *TV Globo* no Rio de Janeiro. "A garota foi agredida no último domingo (14) e, segundo a avó, que é mãe de santo, todos estavam vestidos de branco, porque tinham acabado de sair do culto. Eles caminhavam para casa, na Vila da Penha, quando dois homens começaram a insultar o grupo. Um deles jogou uma pedra, que bateu em um poste e depois atingiu a menina. O que chamou a atenção foi que eles começaram a levantar a Bíblia e a chamar todo mundo de 'diabo', 'vai para o inferno', 'Jesus está voltando', afirmou a avó da menina."

Realmente, Deputado Bispo Renato Andrade, isso é uma sandice, isso é crime. E terão que ser punidos como tal. Assim como não aceito, Deputado Wellington Luiz, que venham vilipendiar uma igreja católica ou evangélica. Não posso aceitar que o pessoal do candomblé, uma criança de 11 anos, seja tratada desse

jeito. Não podemos aceitar em hipótese nenhuma a intolerância religiosa no Brasil. Todos os credos têm de conviver aqui: evangélicos, católicos, espíritas, todo mundo. Até porque todo mundo acredita em Deus, que é o único ser supremo que merece respeito na face da Terra.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, primeiro parabenizo V.Exa. pela relevância do assunto. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Diversidade Religiosa aqui na Câmara Legislativa. Fico entristecido quando vemos ações desse tipo, de pessoas que discriminam as outras por causa das suas posições religiosas. Nós temos que entender que o Estado é laico. Estado laico é o Estado que não dá prioridade a religião nenhuma e que respeita todas as religiões, independente do jeito de culto que cada um vai fazer. E aqui em Brasília, Deputado Chico Vigilante, existe, sim, aqui no Distrito Federal, muitas discriminações, principalmente com as religiões afrodescendentes. Muitas vezes, pessoas são criticadas, pessoas não entram dentro de ônibus porque existe ali, talvez, alguém que está vestido de uma forma que vai prestar um culto para a, b ou c. Isso é uma forma de discriminação também. Fico muito triste quando escuto isso, principalmente quando se coloca uma intolerância dessa forma de violência física contra uma criança, que é o mais grave ainda. E concordo com V.Exa., a prática da intolerância religiosa no nosso País tem que dar cadeia. Tem que dar cadeia para quem pratica a intolerância religiosa no nosso País.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado a V.Exa. Incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V.Exa. Não esperaria outro posicionamento de V.Exa., um posicionamento tão digno e tão coerente.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, quero primeiro parabenizar V.Exa. por trazer esse debate da intolerância religiosa que vem crescendo no País inteiro, e aqui no Distrito Federal não é diferente. Ontem mesmo, durante a votação do Plano Distrital de Educação, algumas pessoas que estavam aqui na galeria, alguns religiosos, inclusive, xingaram-me, agrediram-me, ofenderam-me, justamente porque me coloquei contra. Eu acho que, quanto mais trabalhamos nessa questão de retirar direitos, seja lá de quem for, seja direito religioso, seja direito de opção sexual, quanto mais trabalhamos com essa coisa de segregar a nossa sociedade, mais aumenta a violência. Ontem, eu mesmo, nesta Casa, fui agredido porque me coloquei contra. A intolerância religiosa está crescendo muito, chegando ao ponto de um Deputado ser agredido, xingado,

ofendido porque se posicionou contra. Então, acho que esse tema tem de ser aprofundado. Realmente a intolerância neste País está crescendo muito, o preconceito com religiões, com os seres humanos. E a gente sabe que há culpados. E o culpado não é esse menino que vai lá e joga pedra na cabeça dessa criança não, o culpado não é esse jovem que agride; os culpados são as pessoas que se utilizam da fé, que se utilizam do nome de Deus para disseminar o preconceito, a desunião no nosso País. Então, eu estou muito preocupado com isso e acho que nós temos que trazer esse tema para debate nesta Casa, para que o Distrito Federal não entre nesse ritmo. Infelizmente, por culpa de muitas religiões, e aí eu não vou citar quais são, há pessoas em todas elas que se utilizam da igreja e das religiões para disseminar o ódio, a violência. O que acaba acontecendo é que a nossa sociedade está cada vez mais violenta.

Parabéns a V.Exa. e eu me somo ao seu pronunciamento, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu aparteei V.Exa. porque tem razão o Deputado Ricardo Vale, a intolerância preocupa muito, a discriminação, a violência contra o que é diferente, não apenas com relação ao particular da liberdade religiosa constitucional, prevista na Carta Maior, mas com relação a outras condições. Eu quero, muito especialmente em relação ao debate que V.Exa. abre, sugerir que a nossa Frente Parlamentar em Defesa da Diversidade Religiosa, existente, assuma efetivamente a defesa da causa do respeito à liberdade religiosa, que é um preceito constitucional. Eu conversei há pouco com o Deputado Rodrigo Delmasso, que preside essa Frente, e pedi a S.Exa. que assumisse essa defesa, Deputado Chico Vigilante. Nossa bancada do Partido dos Trabalhadores sempre fez essa defesa porque nós sempre tivemos a compreensão de que amar o igual, admirar o similar é simples; difícil é amar o diferente e aprender a aprender com as diferenças. Nós precisamos fazer isso urgentemente.

Parabéns a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado a V.Exa. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Para encerrar, eu quero falar também da minha satisfação porque hoje pela manhã nós realizamos, promovida pela bancada do Partido dos Trabalhadores, da qual eu sou Líder, uma excelente audiência pública nesta Casa. Nós lotamos o plenário, lotamos a galeria. Lá fora ficaram centenas de trabalhadores que não puderam adentrar porque os espaços todos estavam tomados. E todos esses

trabalhadores preocupados única e exclusivamente com a questão da privatização dessas empresas. Aqui estiveram o Deputado Rodrigo Delmasso; o Deputado Wellington Luiz, que acompanhou desde o primeiro minuto; o Deputado Wasny de Roure; o Deputado Ricardo Vale; o Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Dr. Michel, que mesmo com o joelho distendido estava aqui. Eu presidi uma parte, depois voltei a presidir novamente. Portanto, Deputado Wasny de Roure, aquilo ali foi a grande demonstração de que os trabalhadores das estatais do Distrito Federal realmente estão preocupados com o rumo dessas empresas. E eles têm muito a contribuir, eles precisam ser ouvidos. O Governador Rodrigo Rollemberg ganhou as eleições dizendo que ia promover aquela chamada roda de conversas; ele precisa conversar com os servidores. Nós estamos pedindo, em nome da bancada do PT e a do PMDB conjuntamente, uma audiência com o Governador para tratar da questão dessas empresas; ele precisa ouvir os trabalhadores, eles têm um fórum democrático que estará lá.

Nós vamos realizar, segunda-feira, às 15 horas, uma reunião de trabalho aqui – Deputado Wasny de Roure, foi ideia de V.Exa., todos os Deputados estão convidados – com as três representações dos trabalhadores dessas empresas para que fechemos um documento e possamos ir dialogar com o Governador Rollemberg e mais uma vez insistir para que ele retire esse projeto de tramitação. Eu tenho dito que esse projeto está aqui que nem um espantalho, um fantasma: está assustando a Casa, assustando os trabalhadores. Portanto, o Governador precisa, efetivamente, retirar esse projeto para devolver a tranquilidade aos trabalhadores.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, há pouco eu estava conversando com o Deputado Wellington Luiz sobre a importância desse debate. Quero parabenizar V.Exa. Estivemos aqui para apoiar o evento, até em função da nossa experiência, mas quero dizer que nesse processo o Deputado Prof. Reginaldo Veras, falando pelo PDT, assumiu o compromisso. É importante destacar a própria Presidenta desta Casa, Deputada Celina Leão, que creio que fará questão de acompanhar, porque S.Exa. também havia se comprometido a encaminhar um ofício pedindo a retirada do projeto de lei. É importante envolvê-la, até porque o PDT está envolvido. O Deputado Prof. Reginaldo Veras, que usou da palavra como Líder da bancada do PDT; o PMDB, na pessoa do Deputado Wellington Luiz; e V.Exa., pelo PT, também apoiaram a retirada do projeto.

Recordo-me, e V.Exa. já se encontrava aqui, de que o próprio Deputado Rodrigo Delmasso também assumiu essa disposição de entrar nesse processo não apenas votando contra o projeto, mas, nesse primeiro momento, trabalhando com a possibilidade de convencer o Governador a retirá-lo. Acho que esse tem que ser o

primeiro esforço a se fazer para abrir um diálogo entre o Sr. Governador e os trabalhadores para que eles tenham a oportunidade de levar essa demanda.

Parabéns a V.Exa. por esse brilhante trabalho desenvolvido.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, somente para aproveitar esse tema da intolerância religiosa, quero propor que a Câmara Legislativa – e ela tem recursos para isso – faça uma campanha publicitária contra a intolerância religiosa, com materiais para serem distribuídos em todas as rodoviárias de Brasília e nas cidades do Distrito Federal a fim de que essa coisa não cresça. Então, quero propor que a Câmara Legislativa faça uma campanha em cima da intervenção de V.Exa. contra esse tema que cresce muito no nosso País e na nossa cidade. Ontem eu mesmo fui vítima de intolerância religiosa dentro desta Casa. Imagine aí fora como está isso. Então, eu gostaria que V.Exa. e os demais Deputados ajudassem nisso, e acho que poderíamos inclusive aproveitar o tema e propor uma audiência pública para discutir essa situação. Poderíamos propor juntos com os demais Deputados para discutir o tema da intolerância religiosa no Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Ricardo Vale, é excelente essa ideia de promovermos uma audiência pública. Já estou imaginando chamarmos os principais chefes das igrejas. Poderíamos chamar o Dom Sérgio da Rocha, Presidente da CNBB, o Bispo Robson Rodovalho, Presidente da Sara Nossa Terra, o representante máximo da Igreja Universal do Reino de Deus, da Assembleia de Deus, o Deputado Bispo Renato Andrade, que também chefia uma igreja, e vamos debater a questão da intolerância religiosa porque eu acho que na medida em que estivermos unidos, Deputado Rodrigo Delmasso, mostrando que somos todos contra a intolerância religiosa, isso vai desanimar qualquer desinformado de quiser praticar esse tipo de absurdo.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, na realidade, quero informar ao Deputado Ricardo Vale que a Frente Parlamentar em Defesa da Diversidade Religiosa já preparou um material informativo de combate à intolerância, em nome da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pois a Frente Parlamentar é nossa. A criação dessa Frente Parlamentar teve a assinatura da grande maioria dos Deputados. No lançamento da Frente estiveram presentes todas as religiões: as afrodescendentes, do Santo Daime, Igreja Evangélica, Igreja Católica. Nosso grande marco, Deputado Ricardo Vale, foi a criação dessa frente, e ainda

mais: já pedi à Presidência da Casa a criação de um canal de denúncias. A Frente Parlamentar em Defesa da Diversidade Religiosa pediu um canal de denúncias contra a intolerância religiosa no Distrito Federal. Esse material deve ficar pronto no final de junho e vou passar para o gabinete de V.Exa., até mesmo para que todos possam contribuir e a Câmara Legislativa possa fazer essa campanha de combate à intolerância religiosa no Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Bispo Renato Andrade, agradeço a tolerância de V.Exa. O assunto era muito relevante, por isso V.Exa. concedeu esse tempo exageradamente grande, mas, do ponto de vista da importância, necessário.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Para V.Exa. ver como eu prezo por V.Exa. Não poderíamos deixar de permitir que V.Exa. falasse o tempo que fosse necessário.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos.

Eu não poderia deixar de saudar nosso Deputado Chico Vigilante pelo brilhantismo da audiência pública de hoje. Parabéns, mais uma vez, Deputado, até porque, como foi a segunda audiência pública, imaginávamos que talvez não houvesse aquela quantidade de pessoas, mas dada a importância, dada a condução que V.Exa. deu, ela foi um espetáculo.

Mas há um detalhe, Deputado, para o qual eu queria chamar a atenção aqui. É o fato de o Presidente da CEB, pelo que me consta... Eu saí um pouco mais cedo e não sei se o Presidente da CEB apareceu aqui. O Deputado Ricardo Vale já me disse que não. Apareceu, Deputado Chico Vigilante? Não apareceu. Então, dado o desrespeito, eu acho que esta Casa deve convocar o Presidente da CEB para que ele dê explicações e justifique sua ausência, porque nós não chamamos uma audiência pública para brincar. É bom que o Presidente da CEB saiba disso. Eu acho que o Governador não sabe disso, não é possível. Se o Governador anuiu com essa ausência, é extremamente grave, Presidente Bispo Renato Andrade. Temos que cobrar uma resposta. Hoje estavam aqui os trabalhadores, estava o Poder Legislativo, e o Presidente da CEB, além de se ausentar, não deu qualquer justificativa, Deputado Chico Vigilante. Portanto, entendo ser um desrespeito ao Parlamento e ao povo de Brasília, no momento em que se discute uma matéria extremamente sensível, que é a da privatização, apesar de eles darem outro nome. É importante que a gente saia daqui com o compromisso de convocá-lo ou convidá-lo. Convidar, não, porque me parece que convite ele não aceita. Ele acaba não respeitando. É importante que seja convocado por esta Casa, e aí quero ver se ele não vem.

O segundo assunto, Sr. Presidente, inclusive na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Produtivo, é uma coisa que me chama a atenção. Na semana passada nós discutimos isso aqui. Foi dito por alguns companheiros, defendendo – é o papel da Base do Governo – que não havia intenção, Deputado Bispo Renato Andrade, em dar o calote. Mas digam-me uma coisa: se não há intenção de dar o calote no setor produtivo, por que não revogam o diabo do decreto? Deputado Rodrigo Delmasso, V.Exa. tem sido um dos mais importantes lutadores em defesa do setor produtivo. O Decreto nº 36.359, de 5 de fevereiro de 2015, é exatamente aquele que deixa bem claro que as notas de empenho escritas e restos a pagar não processados no encerramento do exercício de sua emissão terão validade até 30 de junho – daqui a treze dias – do exercício seguinte, sendo automaticamente cancelados, vedada a sua inscrição. Se isso não for calote, eu não sei mais o que é calote. O governo diz: a nossa intenção é resolver. Por que não revoga o decreto? Vou deixar bem claro mais uma vez. Eu estava em obstrução, mas saí da obstrução em respeito a projetos importantes para Brasília. Eu me coloco em obstrução, oriento meu bloco a entrar em obstrução, e só sair depois que o decreto for revogado, em respeito ao setor produtivo. O calote está vindo, não vai demorar, faltam apenas treze dias. Se o governo tivesse a boa intenção em resolver o problema, a primeira coisa que ele faria, Deputado Rodrigo Delmasso, seria revogar.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, essa prática é a famosa pedalada, quando se cancelam os empenhos colocados para que saiam de restos a pagar e entrem em reconhecimento de dívida. Isso, na realidade, é para que o dinheiro que esteja bloqueado para pagar restos a pagar volte para a fonte do Tesouro. Eu quero deixar bem claro e explicar para as pessoas entenderem por que existe esse decreto. Não estou justificando nem defendendo. Na realidade, isso para mim é um absurdo. Se foi feito o empenho, e há recursos no caixa, deve-se acabar com restos a pagar processados, depois com restos a pagar não processados. E as dívidas – existem muitas – que foram executadas, atestadas sem empenho, precisam de reconhecimento de dívida. Esse decreto é o da famosa pedalada, para que esse recurso que está bloqueado – pagamento de restos a pagar, tanto processados como não processados – volte para a fonte do Tesouro, e o aí o governo pode fazer o que ele quiser. Concordo com V.Exa.: esse decreto precisa de prorrogação. Em todos os Estados brasileiros, o mínimo da prorrogação é até o dia 30 de outubro do ano seguinte. Esse é o mínimo em todos os Estados brasileiros. É um absurdo que se coloque isso! Ou revoga o decreto, ou paga todos que estão inscritos em restos a pagar processados e não processados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Wellington Luiz, V.Exa. não disse – mas ficou subentendido – que a obstrução é somente para os projetos do Executivo. Não é isso? Com os projetos dos Deputados, está tudo ok?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É verdade, deixo bem claro que a nossa obstrução é aos projetos do governo, e principalmente àqueles em que obviamente essa nossa postura é necessária. Mas claramente o Deputado Rodrigo Delmasso encontrou uma solução. Eu não quero radicalizar nem polemizar. A gente pode então prorrogar. Se o governo realmente tem a boa intenção em resolver o problema do setor produtivo, que o prorrogue, Deputado Rodrigo Delmasso. V.Exa. encontrou a solução! O que a gente precisa neste momento é de segurança, coisa que o governo nos arranca dia a dia. O setor produtivo está assustado, a população está assustada, os servidores públicos estão atemorizados. É ameaça de demissão, é corte, é ameaça de alteração do regime previdenciário. A gente precisa ter segurança, o setor produtivo é a bola da vez.

Quero pedir encarecidamente a esta Casa que nos ajude a encontrar uma solução. Ao Líder do governo, aos Deputados da Base do governo, ao nosso Secretário, meu amigo Sérgio, que ajudem a levar ao governo a angústia do setor produtivo. Que o governo deixe claro o que quer, mas com gestos, não com palavras. Não adianta ir à reunião do setor produtivo, bater nas costas de todo mundo, dizer: "nós estamos com vocês", e manter um decreto como esse. Na hora em que o Governador prorrogar, revogar, eu venho aqui e o parabenizo. Enquanto não fizer, encontro-me em obstrução.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para complementar as palavras do Deputado Wellington Luiz a respeito desse decreto, isso não resolve nem 30% do problema. Quando ele fizer a prorrogação desse decreto, terá de mandar também uma orientação de como vai fazer para resolver o problema das pessoas que têm 1 bilhão para receber, e não têm reconhecimento de dívida, não têm nenhum processo para pagamento. A dívida do GDF hoje é em torno de 1 bilhão e meio com os fornecedores. O que esse decreto vai atingir é apenas em torno de 480 milhões. O que se vai fazer com o restante dos pagamentos? Nós temos em torno de 1 bilhão e meio. O Secretário esteve aqui e fez um esclarecimento a mim e também ao Deputado Agaciel Maia. Disse que tem boa vontade para resolver, mas já estão se passando seis meses e não se mandou nenhum cronograma.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Rafael Prudente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 | 06 | 2015	15h20min	54ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar, pela Liderança do Governo. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente eu queria dizer que o Deputado Cristiano Araújo ontem foi muito feliz na declaração de voto que fez, mas eu gostaria de cumprimentar o Deputado Prof. Reginaldo Veras e a nossa Assessoria pelo trabalho feito com o relatório do PDE. Cumprimento também a Deputada Sandra Faraj.

O Plano Distrital de Educação – PDE, a despeito de um momento muito polêmico que tivemos ontem, é uma conquista, Deputada Luzia de Paula, extremamente importante para a sociedade. Há um outro reconceituar da educação. A questão que ontem foi abordada de maneira tão tensa, de maneira tão acalorada é muito residual diante de toda a importância e magnitude de um projeto dessa envergadura. Eu quero cumprimentar a Casa, pois esta votou o projeto em tempo hábil de ser sancionado e Brasília não sair do espectro do recebimento dos recursos federais. Portanto, Deputado Bispo Renato Andrade, que neste momento dirige a Mesa, eu quero cumprimentar o Colégio de Líderes e, em particular, a Presidenta pelo encaminhamento célere do processo de votação do PDE. A despeito das divergências, é uma grande conquista para a cidade. É fundamental ter um Plano Distrital de Educação – que nunca tivemos – com esse nível de detalhamento, com esse nível de importância. Todos os relatórios foram extremamente criativos. É verdade que houve um tema, especificamente a questão de gênero, que tomou conta, mobilizou, mas não podemos aqui ficar pensando numa realidade abstrata. Temos de pensar na realidade concreta, em que, de maneira bastante acalorada, se deu o processo no dia de ontem.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de abordar outro assunto que me trouxe enorme preocupação. Eu estive, como é de conhecimento da Casa, juntamente com o Deputado Lira e a Deputada Telma Rufino, no Encontro Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais na cidade de Vitória. Passamos a compor a direção da entidade na condição de Segundo-Tesoureiro. Também a Deputada Celina Leão estará na composição, e há agora – e eu disse ontem aqui em plenário – duas vagas para o conselho deliberativo. A Câmara ainda não indicou. É uma prerrogativa da Mesa Diretora, e eu tenho certeza de que, até a próxima semana, a Presidência da Casa esteja encaminhando isso para a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE.

Sr. Presidente, foi, sem dúvida nenhuma, o evento da Unale mais enriquecedor em que eu já estive. Este evento contou com a presença do Ministro Marco Aurélio, do Ministro Senador Eduardo Braga, do Ministro Kassab. Estiveram ali

vários senadores e deputados federais também. O número de deputados estaduais foi extremamente concorrido. Portanto, foi um momento extremamente rico.

Eu, em função de estar nessa atividade, não estava em Brasília quando fomos sobressaltados com a exoneração do Secretário Hélio Doyle. Eu quero aqui, em respeito à figura do Hélio Doyle, trazer algumas considerações sobre o exercício da sua vida pública ao longo de muitos anos. Não há dúvida de que o Hélio é um artífice da política. É uma pessoa que pensa a política como militante desta cidade. Como todos conhecemos, é professor da Universidade de Brasília, uma pessoa altamente qualificada na área da comunicação social e foi um dos esteios da vitória do Governador Rollemberg, como também um dos esteios no processo de montagem do governo e do governo de transição. Eu tenho o entendimento de que, pela postura, como sempre, muito firme, como sempre, muito transparente, às vezes até dura, não tendo nem sempre aquela intimidade no trato com o parlamentar, ele, naturalmente, foi se sentindo como fora do ninho. No entanto, eu quero dizer que é uma perda para Brasília. É uma perda para este governo. Uma pessoa da qualidade do Hélio é uma perda, sim, para esta cidade. Não sou eu que nomeio, mas não posso desconhecer as qualidades políticas de um quadro daquele. Talvez não fosse o melhor local para ele, mas perder um quadro daquela envergadura na composição de secretariado, Deputado Bispo Renato Andrade, com todo o respeito ao Governador Rollemberg, é um prejuízo gigantesco, mas a decisão não é minha, é dele. Naturalmente, não sei como essas tratativas se deram, mas eu quero prestar a minha absoluta solidariedade e dizer da consideração que tenho ao Hélio por toda uma trajetória que ele tem na vida pública em Brasília. Eu tenho certeza de que, quando a Deputada Celina Leão, nossa Presidenta, fez aquela cobrança – e eu, inclusive a interpelei aqui no plenário –, ela o fez não com a expectativa de ver o Hélio exonerado. Naturalmente, ela – pelo menos foi o que eu entendi – estava irritada de ter quadros do PT compondo vários espaços. É bem verdade que muitos deles são concursados da estrutura do GDF e aí, naturalmente, a nomeação cabe a quem está na responsabilidade de fazê-lo.

Eu quero dizer aqui que lamento profundamente a saída de um quadro da envergadura política e técnica do Hélio Doyle. Do ponto de vista pessoal, o novo Secretário que tomou posse é um amigo de longa data. É um diretor da Câmara com o qual eu dialoguei várias e várias vezes nos últimos anos, principalmente sobre convocação de concursado. O Sérgio Sampaio é uma pessoa extremamente habilidosa no trato com os políticos. Naturalmente, quero aproveitar para cumprimentar o Sérgio Sampaio nessa nova missão. Não tive a oportunidade de conversar com ele pessoalmente depois que foi indicado para o cargo, mas quero cumprimentá-lo. É um ganho para Brasília, mas o ganho para Brasília não significa um prejuízo com a saída do Hélio. Portanto, eu quero cumprimentar o ex-Secretário Hélio Doyle pela firmeza com que ele conduziu suas ações ao longo do tempo.

Nas palavras da Presidenta no dia em que nós debatemos aqui, eu não tenho indicação. Nós estamos hoje em uma composição de independência com o Governo do Distrito Federal, mas queremos colaborar no que é possível. A exemplo do que disse o Deputado Chico Vigilante, os caminhos que o governo tem percorrido nos deixa numa situação bastante difícil. O governo vem fazendo uma investida em um projeto extremamente sensível, Deputado Bispo Renato Andrade. Vou citar aqui, Deputado Rodrigo Delmasso, o caso do BRB. Como foi dito, 97% dessas ações pertencem ao Governo do Distrito Federal. Se nós formos raciocinar que o governo não perde o controle com 51% e, portanto, o restante dos 46% pode ser leiloado, vendido, naturalmente, ao chegar à Câmara Legislativa sem uma tratativa preliminar básica com a cidade, com os servidores daquela instituição, sem a exposição das razões que estão levando o governo a apresentar essa medida que o levará a se desfazer de um patrimônio dessa magnitude... E não é uma instituição qualquer. O BRB é uma das poucas instituições de nível distrital ou estadual que conseguiu sobreviver com todas as dificuldades que enfrentou em vários governos do Distrito Federal.

Neste momento, falar que a CEB e a Caesb têm esse ou aquele problema financeiro e querer tomar medidas drásticas do ponto de vista da gestão é desconhecer a relevância do serviço público que essas duas empresas, além do próprio BRB, têm prestado nesse processo. Portanto, eu entendo, como foi dito por alguns aqui, que a nossa medida, neste momento, é de fortalecimento. Isso é fundamental.

Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. estava no Governo Agnelo como Secretário do Trabalho e, portanto, de alguma maneira, acompanhou, e alguns Deputados à época que hoje estão aqui foram na ocasião. Esta Casa votou várias medidas que colaboraram para fortalecer as empresas públicas, Deputado Lira. Eu me lembro de que a dívida do GDF foi convertida num projeto de lei para fortalecer o processo de capitalização da Caesb. A CEB e a própria Caesb tiveram projetos votados nesta Casa autorizando aportes de recursos financeiros, como também empréstimos para viabilizar investimentos em ambas as empresas. E, no caso da CEB – o Deputado Agaciel Maia vai lembrar perfeitamente –, nós chegamos a votar nesta Casa, por ocasião do PDOT, a possibilidade de a CEB utilizar o grande patrimônio que possui no Setor Sudoeste para poder fortalecer o seu caixa e, consequentemente, tornar-se mais competitiva no mercado.

Portanto, Deputado Renato, sei que V.Exa. está promovendo um debate interessantíssimo sobre o setor produtivo – o Deputado Wellington falou –, mas precisamos aprofundar a discussão sobre as dificuldades das nossas empresas para vermos como podemos avançar. O caso do Metrô foi um deles, Deputado. Nós tivemos duas leis – a Deputada Luzia se lembra perfeitamente disso – que viabilizaram parte da disponibilidade diária que o Metrô do Distrito Federal possui

como forma de robustecer a empresa do ponto de vista financeiro, dando caráter comercial a essas áreas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Peço a V.Exa. que conclua, para vermos se conseguimos quórum para votarmos alguns projetos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agradeço, Sr. Presidente.

Quero, portanto, registrar essas preocupações. Há várias formas de trabalharmos maneiras de fortalecermos as nossas empresas no Distrito Federal. Não é de menor importância o fato de que o próprio preço da energia teve um aumento significativo recentemente. Então, nós temos que colocar esses dados na tabela de receita e despesa e vermos, de fato, o tamanho do problema.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Aproveito para fazer um apelo aos nobres Deputados que ainda se encontram na Casa para que venham ao plenário, porque teremos sessão ordinária amanhã em Samambaia e depois, na terça-feira, em Brazlândia. Portanto, temos que aproveitar. Estamos terminando o primeiro semestre. Precisamos votar alguns projetos dos Deputados, dos Parlamentares, para que possamos, pelo menos, mostrar o nosso trabalho e dar uma boa resposta à sociedade, àqueles que votaram em nós. Então, faço um apelo aos Deputados para que desçam ao plenário, para que possamos votar.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que, logo após os Comunicados de Parlamentares, faça a verificação de quórum, para que possamos já dar início às votações da pauta da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Então, depois de encerrados os Comunicados de Parlamentares, faremos a verificação de quórum.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Volto a dizer que temos 12 Deputados em plenário. Estamos precisamos de que, pelo menos, mais um Deputado venha ao plenário para que possamos votar os

projetos dos Deputados. Mas lembro que, após a fala dos Parlamentares, faremos a verificação de quórum.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, volto a esta tribuna hoje para comunicar que o Governador do Distrito Federal opôs veto total a uma lei que foi aprovada nesta Casa neste ano, segundo a indicação do próprio Governador no projeto de lei, que dispõe sobre a ordem cronológica de pagamentos a serem obedecidas no âmbito das contratações e aquisições realizadas pela administração pública dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal. Esse projeto de lei – quero deixar bem claro – tinha um único e exclusivo objetivo: moralizar a gestão pública no Distrito Federal. Deputado Rafael Prudente, se esse projeto de lei já estivesse em vigor, o Distrito Federal não estaria com uma dívida enorme, como está hoje. Se o Governador Rodrigo Rollemberg tivesse sancionado esse projeto de lei, ele estaria trazendo uma proteção a todo gestor público, porque, além de ele colocar que os pagamentos devem ser feitos em ordem cronológica, ele também coloca, Deputado Rafael Prudente, algumas exceções. Eu quero ler as exceções de pagamentos que fugiriam da ordem cronológica: os pagamentos realizados em caso de estado de emergência, em calamidade pública, por decisão judicial ou por determinação dos órgãos de controle externo e interno – leia-se Tribunal de Contas e a Controladoria Geral do Distrito Federal –, para evitar fundada ameaça de interrupção de serviços essenciais da instituição ou para restaurá-los ou por relevantes razões de interesse público. O que mais me estranha, Deputado Wasny de Roure, é que o art. 8º desta lei que foi apresentada, de minha autoria, fala justamente aquilo que o Governador Rodrigo Rollemberg pregou durante toda a sua campanha, que é a transparência. Quero usar uma frase, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que o Governador usava nos seus debates: "O governo precisava radicalizar a transparência". E radicalizar a transparência, Deputado Prof. Reginaldo Veras, na minha avaliação, é que o Estado publique, todos os meses, a relação de pessoas que receberam dos contratos, para que a sociedade civil possa saber a quem o Estado está pagando e se está obedecendo a uma lei que está amparada na Lei de Licitações, que é a Lei nº 8.666, de 1993.

Na justificativa do veto apresentada pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, que foi de uma página e meia – pasmem! –, S.Exa. cita que a lei está em desconformidade com a Lei nº 4.320, de 1964. Ora, aqui eu quero pedir vênia a quem elaborou o motivo do veto do Exmo. Sr. Governador, mas a Lei nº 4.320, de 1964, que é a lei que estabelece as normas de execuções orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, Deputado Bispo Renato Andrade, diz, em seus artigos, que os pagamentos devem seguir a ordem cronológica. O que acho mais

engraçado, Deputado Ricardo Vale e Deputado Chico Vigilante, é que o ex-Governador Agnelo Queiroz está respondendo a um processo de improbidade administrativa por não fazer pagamento em ordem cronológica, e o Governador Rodrigo Rollemberg veta uma lei que diz que o governo tem de fazer o pagamento em ordem cronológica. A minha pergunta – quero deixa-la registrada em plenário – é a seguinte: qual foi o interesse do veto dessa lei? Essa lei tem um único objetivo: transparência na administração pública e segurança jurídica para aqueles que prestam serviços ao Estado, aqueles que muitas vezes participam de processos licitatórios, ganham a licitação, mas o governo dá pedaladas. Acima de tudo, esse projeto de lei, Deputado Wasny de Roure, evita o jeitinho dos amigos do rei. Os amigos do rei, com esse projeto de lei, Deputado Prof. Israel, não serão atendidos. Aqui, seriam atendidos de forma republicana.

Para concluir, quero conclamar esta Casa a, no momento oportuno, derrubar esse veto, para mostrar à população do Distrito Federal que esta Casa se preocupa com a transparência e com a boa aplicação do dinheiro público.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estou entendendo mais nada. Se não me engano, esse foi o primeiro projeto aprovado nesta legislatura, não foi? O primeiro projeto aprovado, ele já vetou. A quem interessa, Deputado Rodrigo Delmasso, dar continuidade ao jeitinho de passar uma fatura na frente da outra, escolher um fornecedor para pagar e deixar o outro de fora? A transparência tão falada durante a eleição e constante no primeiro projeto de lei aprovado aqui na Câmara, neste ano, o Governador veta. Infelizmente, Deputado Rodrigo Delmasso, isso aconteceu, para nossa infelicidade e surpresa, mas espero que possamos derrubar o veto a esse projeto de lei tão importante. Inclusive, essa é a orientação do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas orienta o governo que faça dessa forma. Então, junto-me a V.Exa., ao coro, para que a gente possa derrubar, o quanto antes, o jeitinho do pagamento das faturas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Informo aos Parlamentares que estão na Casa que, logo após a fala dos Deputados – há dois para falar –, faremos a verificação de quórum.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores; boa tarde, Sr. Presidente.

Serei extremamente breve. Estou hoje aqui apenas para falar do Plano Distrital de Educação, aprovado ontem. Infelizmente, o cenário criado aqui o

desvirtuou um pouco e não mostrou para os presentes e para a sociedade a sua importância. O Plano Distrital de Educação representa o futuro do Distrito Federal nos próximos dez anos. E, quando se trabalha com dez anos de educação, trabalha-se, Deputado Chico Vigilante, com o futuro da própria sociedade brasiliense. Parece que não houve a compreensão da importância dessa lei, um trabalho coletivo construído, ao longo de dois anos, pelo Fórum Distrital de Educação, de tal maneira que o debate se limitou, no meu entender, a uma questão inócua e pouco significativa a respeito da palavra gênero.

Quero aqui parabenizar muito, muito mesmo, pelo trabalho, o Fórum Distrital de Educação, que é representado por todos os segmentos da sociedade e que construiu esse PDE. Quem não participou foi porque não quis. A sociedade estava representada e o fórum merece ser parabenizado e louvado. Apresentarei, nesta Casa, uma moção, parabenizando os membros do Fórum Distrital de Educação. Eles, sim! Nós, não. Nós, Parlamentares, fomos meros articuladores finais do processo. O Fórum de Educação, não. A sociedade brasiliense hoje tem uma dívida com esse pessoal que trabalhou arduamente nos últimos dois anos, para que a gente tivesse um texto tão coeso, tão belo e tão significativo, que, como eu disse, representa o futuro do Distrito Federal.

Muito obrigado a todos os Deputados que aprovaram esse texto de lei tão importante para a nossa cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus Pares, todos os presentes, quero aqui hoje, infelizmente, discordar do Deputado Wasny de Roure, que foi um grande Presidente desta Casa. Realmente, o Hélio Doyle é um grande estrategista, um grande político, mas é um grande irresponsável. Porque um camarada que sai atirando em todo mundo é um irresponsável. Eu nunca fui a gabinete do Hélio Doyle, nunca pedi cargo para Hélio Doyle, nunca levei nenhum tipo de empresário ao gabinete do Hélio Doyle, mas ele colocou todo mundo na vala comum. Isso é uma irresponsabilidade que um homem público, Deputado Wasny de Roure, não pode ter! Ele tem que dar nome aos bois, ele tem que dizer quem é quem, principalmente no mundo político. Eu nunca entrei na sala dele, nunca troquei uma conversa com ele, nunca fui pedir nada a ele. Aliás, não peço nada. Se alguém quiser me dar alguma coisa, que dê, para que eu participe do governo. Não sou achacador. Não preciso acharcar governo; não preciso acharcar empresário. Não estou aqui com essa finalidade.

E hoje ouvi nas ruas, nas redes sociais, Deputado Rafael Prudente – pasmem – as pessoas dizerem: "O Hélio Doyle tinha razão, então, porque ele falou e vocês ficaram calados". Esta é a primeira oportunidade que estou tendo de subir aqui e cobrar dele. Do mesmo jeito que ele foi leviano em falar nas redes sociais e na *Rede*

Globo... Que ele viesse aqui e falasse quem foram os achacadores, quem são os Deputados achacadores aqui dentro, porque eu não sou. Eu não sou! E não admito o que ele fez! Ficou vergonhoso para esta Casa, ficou vergonhoso para os Deputados, ficou vergonhoso para todo mundo. Eu nunca fui pedir estatal, até porque não sei para que serve estatal. Para que serve? Ele quis deixar uma pulguinha atrás da orelha, ao dizer que porque alguém estava com más intenções, pedindo... Fale quem é! Porque eu, não! Então, ele pode ser bom em tudo, mas foi leviano, um irresponsável. Não foi homem e não é homem de vir aqui falar. É muito fácil falar lá. Quero ver falar aqui. Quero vê-lo falar o meu nome: "O Michel esteve no meu gabinete". Eu nunca fui e nunca pedi nada! Não quero estatal. Aliás, não quero nada. Eu quero é que o governo dê certo. É isso o que quero. Falar o que ele falou é uma irresponsabilidade. Colocar todo mundo na vala comum é uma irresponsabilidade, uma falta de respeito para com os Deputados, por mais que ele seja bom, por mais que ele seja essencial, por mais que ele seja o ban-ban-ban dos ban-ban-bans. Ele nunca poderia ter colocado todos na vala comum.

Desculpe-me, Deputado Wasny de Roure – serei sempre grato ao senhor, pela sua gestão na Presidência desta Casa –, mas ele não poderia tratar os desiguais como iguais. Ele tem que vir aqui, às redes sociais, à televisão e falar: "Foi Fulano, foi Beltrano e foi Cicrano". Se não pode dar nome aos bois, que não fale, porque eu, nunca fui! Então, que ele venha aqui e diga o nome dos que não foram! Se não pode dizer o dos que foram, diga o dos que não foram! O que não podemos é ficar carregando essa pecha. O que não pode é eu ficar sendo conhecido como achacador. Eu não sou achacador. Nunca acharquei o governo, nem este nem o do Agnelo! O Agnelo me deu a administração de Sobradinho 2 e da Fercal para eu vir para a Base e ajudá-lo. E eu o ajudei, até o último momento, fazendo o quê? Apresentando emenda e trabalhando lá em Sobradinho 2 e na Fercal como se fosse um maluco, para levantar o nome dele. Isso não é acharcar, isso é participar do governo. É o que eu digo, eu não quero nada de governo. Eu quero participar, eu quero fazer políticas públicas. Agora, dizer que eu fui a gabinete pedir estatal, pedir cargo, pedir alguma vantagem para parente, levar empreiteiro? Eu nunca levei um empreiteiro, até porque empreiteiro trabalhador tem que receber, mas tem que receber no meio de todo mundo.

Outra coisa, ele diz que, em todas as vezes que atendeu um empresário, atendeu com uma testemunha. Tem que ser o inverso. Os empresários é que têm que levar testemunha agora, porque eles é que estão sendo achacados. Se ele disse isso, ele tem que dizer o nome de quem achacou os empresários, de quem achaca o governo, e não colocar os 24 na mesma coisa. Nós somos 24 Deputados. Está todo mundo calado aqui porque está boquiaberto com o que ele falou. Então, quem fez que assuma. Eu disse aqui uma vez e vou dizer de novo: eu não sou papel higiênico para limpar cagada de Sr. Ninguém. Quem fez que limpe, mas que ele tem que vir aqui falar quem foi, tem. Ele não pode misturar. Eu não sou porco. Eu não como lavagem. Eu não fui atrás. Que ele venha aqui. Que ele seja homem. Aí sim eu vou

dizer que realmente ele faz falta neste governo porque ele foi homem suficiente para dar nome aos bois, porque ele é um grande profissional, um grande jornalista, um grande estrategista, um grande político, mas foi um grande leviano. Um grande leviano e um grande irresponsável, porque jogou nome de político ao vento, como a *Globo* fez comigo ontem: "Michel tem 1 milhão e trezentos de patrimônio". Se eu vender a minha mãe, a minha irmã e meus filhos todos, ainda não dá 1 milhão e trezentos. "Porque Michel tem um carro importado". Uma porqueira de um Honda Civic que nem no meu nome está porque eu o perdi na Justiça para a minha ex-mulher. Entendeu? Eu vendo também para ter 1 milhão e trezentos reais.

Agora, esquecem que eu tenho trinta anos de serviço. Falem onde é que eu roubei! Eu não sei se ladrão coloca alguma coisa no diabo do imposto de renda. Ladrão faz é laranjar! Agora, para o povo nas ruas, nós viramos todos ladrões. Eu não sou ladrão, não! Eu não preciso de dinheiro público porque eu escolhi a minha profissão – delegado de polícia aposentado – e vivo do meu salário. Aí vem o Hélio Doyle e fala uma desgraceira daquelas, e aí vem a *Globo* hoje e pronto, pega um monte de merda e joga em cima, que aí já vira a Geni logo por completo. Uma irresponsabilidade: sujando nome de homem limpo. Os caras não têm vergonha na cara, não. "Ah, porque ele anda numa caminhonete". Vai ver o preço daquela porqueira: 5 mil. O diabo de um carro de luxo de 5 mil e quinhentos, 6 mil. Ah! Estou cansado dessa irresponsabilidade! Dê nome aos bois. Chegue e fale: roubou aqui, roubou ali. "Ah, porque gastou combustível". Eu vou andar com o meu combustível para trabalhar? É uma gracinha mesmo. Eu morro e não vejo tudo. Morro e não vejo!

Então, Deputado Wasny de Roure, eu quero pedir muita vênia a V.Exa., concordo com tudo o que V.Exa. falou a respeito dele, mas eu tenho que discordar só num ponto: ele foi leviano com V.Exa., comigo e com os outros todos, porque V.Exa. também eu garanto: se V.Exa. foi algum dia ao gabinete dele, foi por amizade; se V.Exa. foi, foi por conhecimento; se V.Exa. foi, foi por políticas públicas e nunca por política individual, pelo pouco que eu conheço V.Exa. Eu nunca nem entrar no gabinete dele eu entrei. Eu nunca nem falar com o Sr. Hélio Doyle eu falei. Eu nunca pedi nada para ninguém. A única coisa que eu pedi foi voto para os meus eleitores com uma só condição: de eu trabalhar em prol deles. Isso eu tenho feito proativa e diuturnamente. Até em pensamento, até em sonho, que está virando pesadelo, que é uma Brasília melhor, eu tenho feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado.

DEPUTADO DR. MICHEL – Vou concluir, porque aí eu saio, e não vai dar quórum. Não haverá quórum mesmo nesse trem. Deixa-me falar mais um pouquinho para desabafar, senão eu enfarto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Desabafe, então, Deputado.

DEPUTADO DR. MICHEL – Enfarta, o homem enfarta.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu não quero que V.Exa. morra. Desabafe.

DEPUTADO DR. MICHEL – Enfarta. É muita coisa em cima de um Deputado só, porque como é que pode? O cara sai atirando, joga aí farinha no ventilador – para não dizer "fezes" –, suja todo mundo, e a gente ainda tem que ficar aqui. Não, ele tinha que vir aqui. Aí, ele pede para sair, não tem mais a obrigatoriedade de vir, e nós ficamos aqui com a boca aberta, escancarada cheia de dente esperando a morte chegar, e o povo nos xingando. Ah! Por favor! Por favor! Por favor!

Então, eu quero aqui agradecer a benevolência de V.Exa. Não é à toa que V.Exa. é um homem de Deus. V.Exa. deixa a gente falar para não enfartar, porque, se não fala, enfarta.

Eu queria, Deputado Agaciel Maia, que V.Exa. ajudasse a implementar essa televisão para a gente não falar ao vento aqui, porque nós estamos falando ao vento. Aqui só esse povo que nos ouve. Daqui, é lógico que cada um aqui leva para o outro e tal, mas a *Globo* tem um poder muito grande de falar. Eu não escondo nada, não. Ele perguntou, e eu disse ali, olha. E saiu: o carro é para trabalhar. Eu não tenho nada a esconder de ninguém, não. Minha vida é um livro aberto e com tudo escrito dentro. Ela não tem nada, nada... Porque existem as pessoas que têm o livro aberto, mas não existe nada escrito dentro, para ninguém ver. No meu, podem olhar o que quiserem. Eu já disse: Se descobrir corrupção minha, eu renuncio aqui. Aqui! Um homem que foi, a vida toda, combatedor do crime, combatendo com o ladrão – do colarinho branco ao de galinha – não pode se dar o prazer ou desprazer, o desmerecimento de sujar a sua história, porque a minha é uma história. Não vai ser porqueira de caminhonete que vai me fazer sujar o meu nome, não. Agora, ninguém fala que eu trabalhei trinta anos, que eu tenho essa casa desde 2010. Se eu não puder ter uma casa, se eu não puder ter nada, o que eu fiz nesses trinta anos? Tomei cachaça e fui para o bordel? Então, o pessoal tem de nos respeitar. Aí, pega lá: "Tem um carro importado". Todo mundo pensou: "Deve ser uma Ferrari ou um Porsche". É um diabo de um Honda Civic que eu comprei, mas ainda perdi na Justiça para a ex-mulher, nem no meu nome está. Veja no Detran se há um carro no meu nome. Sou um homem de pouca fé, sou igual a bule.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado. Deputado Dr. Michel, faço minhas as suas palavras: eu acho que o Hélio Doyle tem a obrigação moral de vir a esta Casa apresentar os nomes dos achacadores. É muito importante que ele venha. Então, somo as suas palavras às minhas também.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, concordo com V.Exa. e ainda mais: quem disse tem de dizer quem é. "Não posso falar porque não tenho provas". Diga quem foi, venha aqui e diga quem foi. Aponte no dedo: "Foi você". Pronto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Gente, eu faço um apelo. Se a gente continuar falando muito, não vai haver condições de votar, e temos 13 Deputados ainda aqui que querem votar. Treze.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Dr. Michel me citou e, naturalmente, tenho o dever de falar. Eu não estava aqui. Eu não assisti às entrevistas. Eu não ouvi o que foi dito. Eu sei pelo genérico que a gente leu nos jornais escritos. Agora, Sr. Presidente, eu tenho o maior respeito pelo Deputado Dr. Michel, concordo com ele sob o ponto de vista de se fazerem afirmações generalizadas sem imputar a quem de direito as responsabilidades. Estive uma única vez no gabinete do Secretário Hélio Doyle para tratar de um problema da comunidade e tenho absoluta tranquilidade de fazê-lo em público. Então, não quero entrar nesse meandro do debate, com todo o respeito ao Deputado Dr. Michel. Aquilo a que eu me reportei dessa tribuna é o homem político Hélio Doyle com uma larga experiência na vida pública de Brasília e não tanto suas relações com a Câmara ou coisa assim. Fiz como dever de ofício por conhecê-lo há muitos anos e por entender o papel que ele teve na construção política desse projeto que hoje é o Governo do Distrito Federal. Eu era seu colega quando ele foi secretário do Governador Cristovam Buarque e conheci de perto a maneira de ele trabalhar. Não posso me ausentar de ter opinião de uma pessoa da envergadura dele. Agora, de fato, fazer acusações generalizadas não procede, principalmente para quem sabe do ônus que representa para quem cometeu infração e pela injustiça que comete àqueles que foram corretos e tiveram atitudes transparentes. Então, nós devemos responder pelas palavras que saem da nossa boca. Portanto, eu lamento isso que foi dito por ele, mas isso não o faz menor diante da história de vida pública construída pela sua pessoa em Brasília.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vamos ouvir o último Parlamentar inscrito e, logo em seguida, faremos a verificação de quórum.

Lembro, Deputado Wasny de Roure, que o Hélio Doyle não pode deixar a história dele ser manchada. Ele dever vir a esta Casa dizer o nome dos achacadores.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhoras e senhores, Sr. Presidente, nobres Colegas, boa tarde. O que me traz a esta tribuna é um assunto fundamental para a nossa cidade. Brasília tem um patrimônio que não existe em nenhum outro Estado brasileiro. Brasília tem os centros interescolares de línguas. Eu tenho repetido esse tema na Casa porque é preciso fazer um debate sobre o papel dos CILs na nossa cidade. Hoje, os CILs são exclusivos para os estudantes da rede pública de ensino. E, na semana que passou, semana de matrículas na rede desses centros interescolares, muitos estudantes tiveram suas matrículas recusadas, Deputado Wasny de Roure. São estudantes que já estudavam nos CILs, que ingressaram nos CILs quando estudavam na rede pública de ensino, mas que hoje concluíram os seus cursos de ensino médio, deixaram a rede pública de ensino e não podem se matricular para o próximo semestre nos CILs. Centenas de estudantes dos CILs tiveram as matrículas recusadas. Isso é um absurdo! Como é que pode o Estado investir no estudante por três anos e impedi-lo de concluir os últimos dois anos do curso de idioma estrangeiro? Não seria isso desperdício de dinheiro público? As regras sobre o assunto não estão claras. As regras se conflitam, Deputado Rodrigo Delmasso. Primeiro, porque, no regimento dos centros interescolares de línguas, no art. 324, eles dizem que o acesso aos CILs é exclusivo para estudantes da educação básica da rede pública do Distrito Federal. Mas, na estratégia de matrícula dos CILs, eles afirmam que serão ofertadas atividades de formação complementar e que poderão ter acesso aos cursos regulares apenas os estudantes matriculados nas escolas. Essa estratégia de matrícula diverge do regimento, já que este afirma que quem já está no CIL, mesmo que não esteja na escola, pode concluir o seu curso. Nós precisamos resolver esse assunto. Nós precisamos definir isso. E aqui eu já deixo a minha posição, Sr. Presidente. A minha posição é que se abram as vagas dos CILs também para a comunidade, dando prioridade para os estudantes da rede pública, é claro. Isso porque, em todos os semestres, especialmente nas turmas avançadas, sobram vagas, e essas vagas ficam ociosas.

Eu proponho ao Governador e peço à assessoria da Secretaria de Relações Institucionais e Sociais que leve essa proposta de que o governo, em todos os semestres, em período de matrícula nos CILs, verifique quais são as vagas que ficaram ociosas e aplique uma prova de nivelamento para abrir a possibilidade de pessoas da comunidade ingressarem nas salas de aula dos CILs. A verdade é que as turmas avançadas de inglês, francês, espanhol estão praticamente sem alunos. O aluno entra no CIL no primeiro ano do ensino médio. No terceiro ano, ele deixa o ensino médio, mas o curso de inglês, Deputado Prof. Reginaldo Veras, não terminou, e ele é impedido de se matricular. Como é que pode haver um desperdício de dinheiro público desse tamanho? Você investe no estudante por dois anos e depois interrompe o investimento? Não será melhor dar a ele um diploma de idioma

estrangeiro para que ele tenha um bom emprego e devolva isso em impostos para a sociedade? Então, isso está errado.

Eu venho a esta tribuna dizer que não matricular os estudantes que já estavam matriculados é uma injustiça que eu não vou aceitar. As regras têm que ser mudadas porque existem vagas ociosas, e nós pagamos impostos demais para que essas vagas fiquem ociosas. É essa a minha proposta ao governo, e eu peço à assessoria do Governador nesta Casa que leve a ele essa proposta e que acabe com esse desperdício de dinheiro público e que os estudantes que tiveram a matrícula recusada – foram centenas, Deputado Chico Vigilante – tenham o direito de concluir o curso que já começaram, porque isso é desperdício do meu e do seu dinheiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Prof. Israel.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu afirmei aqui desta tribuna, ontem, em um pronunciamento rápido, que o Secretário de Saúde do Distrito Federal tinha faltado com a verdade perante esta Câmara Legislativa, na audiência pública promovida pelo Deputado Ricardo Vale e pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, bem como perante os meios de comunicação, especialmente a *TV Globo* – eu vi a entrevista dele. Ele disse que tinha executado 110% do Orçamento. E eu fui ao SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental e estou provando que ele faltou com a verdade. Produzimos uma nota de repúdio.

O Secretário de Saúde esteve ontem na Câmara Legislativa para falar da saúde pública, por iniciativa dos Deputados Ricardo Vale e Prof. Reginaldo Veras. Trouxe vários números, que impressionaram os meios de comunicação. Entretanto, há alguma coisa errada, pois os números do Secretário não batem com os números do Siggo. Também não batem com os relatórios divulgados pelo Governo do Distrito Federal, Governo Rollemberg. Eu já disse aqui em outra ocasião que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do segundo bimestre aponta que o Distrito Federal deveria ter aplicado em serviços de saúde, no mínimo, o valor de R$598.164.578,54 (quinhentos e noventa e oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) das receitas arrecadadas. No entanto, segundo o mesmo relatório, o governo só liquidou 305 milhões. Faltou aplicar 292 milhões. Isso foi ressaltado ontem pelo Deputado Ricardo Vale, mas o Secretário disse que os números não são esses. Quer dizer: ele vem, desmente o *Diário Oficial*, diz que os números não são esses e não traz os números oficiais dele. Disse que a Secretaria já liquidou mais de 100% do Orçamento de custeio da máquina. Ele disse que eram 110% do custeio da máquina. Fomos conferir, mas não é isso que está registrado no Siggo.

Nos diversos programas de trabalho para o custeio da saúde pública – sem as despesas de pessoal e de investimentos –, tem-se, em resumo, o seguinte: dotação autorizada, R$1.059.378.721,38 (um bilhão, cinquenta e nove milhões, trezentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos); total empenhado – isso é o que ele empenhou –, R$797.477.578,23 (setecentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos) – 75% do valor; empenho liquidado, R$554.472.897,16 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) – portanto, 52%. Esses números se referem ao total do Orçamento para o custeio da saúde.

Em alguns programas de trabalho, a execução está baixa para essa época do ano, como nos exemplos seguintes: no atendimento de urgência pré-hospitalar, dos 18 milhões que estavam previstos, ele só executou 4 milhões; no serviço de assistência complementar de saúde, dos 115 milhões, ele executou 56 milhões – só executou 69%. Há situações mais graves ainda como, por exemplo, o programa de combate à dengue. Não houve programa de combate à dengue, Deputado Juarezão. Os panfletos existentes de combate ao mosquito da dengue ainda são do tempo do Governo Agnelo. A verdade é que a dengue assolou o Distrito Federal desde o Lago Sul a Ceilândia e Brazlândia. O mosquito da dengue é um bicho absolutamente democrático; ele ataca o pobre, mas ataca o rico também. Eu conversava hoje com o jornalista Renato Riera, que mora no Lago Sul, e ele me disse que conhece família no Lago com quatro pessoas doentes de dengue em uma única casa. Outro dia a gente conversava com a Presidente desta Casa, Deputada Celina Leão, que mora no Lago Norte, e estava com quatro parentes com dengue.

Portanto, o governo está escondendo a dengue no Distrito Federal. A dengue está assolando de ponta a ponta. E o Secretário vem aqui e mente descaradamente. Por isso que não aceito, Deputado Agaciel Maia, convite. Ou se convoca, porque aí enquadramos por crime de responsabilidade se mentir aqui, ou o convite não vale nada. A questão da ética manda que ninguém minta, mas o Secretário, apesar de ser um homem de idade, vem aqui, mente perante a Câmara Legislativa e não vai acontecer nada! Ele mentiu, Deputado Prof. Reginaldo Veras! Portanto, V.Exa. e o Deputado Ricardo Vale que convocaram ele aqui... Ele mentiu. Estou provando que ele mentiu. E acho que ele faria um favor extraordinário à população do Distrito Federal se ele desocupasse o cargo, já que competência para administrar a saúde do Distrito Federal ele não tem.

Obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, quero apenas fazer um posicionamento na condição de Presidente da Comissão de Orçamento a respeito da presença do Secretário de Saúde e do discurso do Deputado Chico Vigilante. Nós não tivemos condições de pegar as notas taquigráficas, foram muitas informações, portanto, fica difícil fazer o cotejamento entre os dados e o que disse o Secretário.

Temos a seguinte posição, que é do dia 17 de junho de 2015: no Fundo de Saúde do Distrito Federal nós temos: pessoal – a Lei Orçamentária de 2015 foi de R$ 3.444.147.890,00 (três bilhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa reais), foram empenhados desse valor R$ 2.238.048.618,46 (dois bilhões, duzentos e trinta e oito milhões, quarenta e oito mil, seiscentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos), desse total foram liquidados, ou seja, já foram pagos R$2.203.435.935,03 (dois bilhões, duzentos e três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e três centavos). Existe um saldo de R$1.240.711.954,97 (um bilhão, duzentos e quarenta milhões, setecentos e onze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e sete centavos) no que diz respeito às despesas de pessoal, equivalente a 36% do valor – 64% das despesas de pessoal já foram liquidadas. Esse é o relatório do Siggo do dia 17/06/2015.

No que diz respeito ao custeio, o Orçamento de 2015 destinou ao Fundo de Saúde do Distrito Federal R$1.029.462.355,00 (um bilhão, vinte e nove milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais), dos quais foram empenhados R$814.340.121,82 (oitocentos e quatorze milhões, trezentos e quarenta mil, cento e vinte e um reais e oitenta e dois centavos), e foram liquidados neste ano R$562.840.304,46 (quinhentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta mil, trezentos e quatro reais e quarenta e seis centavos); ou seja, 55% da despesa de custeio já foi liquidada. E há um saldo de R$466.622.050,54 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e vinte e dois mil, cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos), que corresponde a 45%.

O outro item que compõe, além de pessoal e custeio, o Fundo de Saúde do Distrito Federal é o de investimento. Nesse programa de trabalho, nesse elemento de despesa, a LOA contemplou R$95.615.495,00 (noventa e cinco milhões, seiscentos e quinze mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), dos quais R$51.609.973,00 (cinquenta e um milhões, seiscentos e nove mil, novecentos e setenta e três reais) já foram empenhados, e foram liquidados de investimento R$1.067.511,00 (um milhão, sessenta e sete mil, quinhentos e onze reais); ou seja, de investimento só foi liquidado 1%. E o saldo em investimento é de R$94.547.984,00 (noventa e quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais); ou seja, 99% de saldo no programa investimento.

Eu não tenho condições, apesar de ter estado presente em toda a audiência pública com o Secretário de Saúde, mas não tendo tido as notas taquigráficas, para

ver realmente se o que ele falou. Eu acho, Deputado Chico Vigilante, que o Secretário pode ter cometido alguns equívocos. Primeiro, acho que ele cometeu equívoco quando disse 110%. Não existe 110% em orçamento, existe 100% empenhados, 110% é como se tivesse 10% do exercício seguinte. É lógico que, tratando-se de um médico, não de um especialista em orçamento, ao ser bombardeado por uma sequência de perguntas, muitas delas de cunho muito analítico, profundo... Eu acredito que a melhor solução para o Secretário seria... Para algumas perguntas às quais ele não tinha as informações e nem tinha conhecimento suficiente para responder informações contábeis, que ele pedisse ao Deputado que formalizasse por escrito e as pessoas especialistas respondessem.

Portanto, o que quero destacar nessa posição foi a boa vontade de ele ter vindo. Mesmo como convidado, ele se submeteu, respondeu a todas as perguntas. Pode ter respondido de maneira incompleta ou equivocada, mas acho que houve boa vontade do Secretário. Ele não fugiu do debate, ele se colocou à disposição dos Deputados. Então, algumas desinformações ou algumas informações passadas de maneira equivocada não tiram de qualquer forma o mérito de ele ter vindo aqui, mesmo sem ser convocado, ser convidado, e ter prestado esses esclarecimentos.

De posse dessa documentação e dessas informações do Deputado Chico Vigilante e dessas informações da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, eu acho que ele agora tem que vir com um relatório preciso e prestar a todos os 24 Deputados a posição oficial que eles têm lá, porque sabemos da dinâmica que é o Orçamento. Se estou dando uma informação sobre os empenhos do dia 17, amanhã já é totalmente diferente.

Outra coisa: existe empenho estimativo e empenho global. Se ele tiver empenhado a despesa para o ano todo, a situação é boa. Agora, se ele só tiver empenhado para um, dois ou três meses, a situação é ruim. Então, essa conotação pode ser frágil, porque não temos informações complementares. Quando se fala em empenhado, Deputado Chico Vigilante, se foi para o ano todo, a Secretaria está bem; mas, se o empenho foi para um mês só, está ruim. Então, eu acho que o Secretário de Saúde agora, de posse de todas essas informações, deve fazer um relatório contábil, de maneira bem analítica, para não deixar nenhuma dúvida perante os Deputados desta Câmara Legislativa.

É isso que eu tinha para falar, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu gostaria de complementar, Deputado Agaciel Maia, e dizer que o Secretário teve a humildade de comparecer a esta Casa. Mesmo não estando com todas as informações necessárias para responder às perguntas dos Deputados, S.Exa. teve a humildade de vir e apresentar aquilo que sabia. Talvez tenha cometido o erro de não ter trazido todas as informações, pode trazer em outra oportunidade, mas vou lhe falar uma coisa: eu chamei várias vezes o Secretário de Saúde do governo anterior, o qual nem sequer

me deu uma resposta. Em situações difíceis de serem esclarecidas, o Secretário foi completamente desinteressado em explicar qualquer coisa. Então, acho que a atitude do atual Secretário de Saúde foi muito nobre, mesmo não tendo todo o conhecimento de sua pasta, mas ele veio e isso é um bom começo, é um bom sinal.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto aos Líderes se há acordo para sobrestarmos os itens nºs 1 ao 106 da pauta, relativos aos vetos, para votarmos as demais proposições da ordem do dia. (Pausa.) Não havendo objeção do Plenário, passemos ao item nº 107.

Item nº 107:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 94, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "dispõe sobre a instalação de Container Comunitário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que o processo de votação seja nominal para verificação de quórum.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 17/06/2015 17:23

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: ○ 1º TURNO ◉ 2º TURNO ○ TURNO ÚNICO

☑ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM 17/06/2015

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC

☐ CDESCTMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☑ PROJETO DE LEI Nº(S): 94/2015

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☑ AUTORIA: DEPUTADO(A) BISPO RENATO ANDRADE ☐ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN			X			
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT			X			
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD			X			
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			14		10			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

PRESIDENTE

(DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 94, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "dispõe sobre a instalação de Container Comunitário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 108:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.206, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre os pioneiros e os filhos de pioneiros nascidos em Brasília, com mais de 30 anos de residência permanente no Distrito Federal, terem assegurada a prioridade no plano distrital de habitação de interesse social, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.206, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre os pioneiros e os filhos de pioneiros nascidos em Brasília, com mais de 30 anos de residência permanente no Distrito Federal, terem assegurada a prioridade no plano distrital de habitação de interesse social, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós realizamos no dia de hoje uma audiência pública para discutir as estatais, em que compareceram os representantes do governo. A galeria toda estava lotada, entretanto, o representante da CEB não veio e não disse por que não veio. Não mandou justificativa dizendo que não vinha. Portanto, eu acabo de apresentar um requerimento assinado por mim, pelo Deputado Wasny de Roure, pelo Deputado Dr. Michel e pelo Deputado Rodrigo Delmasso, convocando o Presidente da CEB a vir a esta Casa. Quero pedir a assinatura dos demais Deputados. Está aí. Peço a assinatura de todos. Em seguida, peço a V.Exa. que inclua na pauta e façamos a leitura. Eu pediria a ajuda do nosso Secretário de Mesa para que todos os Deputados que quiserem assinem. Em seguida, fazemos a leitura.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Item nº 111:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.375, de 2013, de autoria do Deputado Joe Valle, que "dispõe sobre a afixação de advertência acerca da obesidade infantil em restaurantes, lanchonetes e similares no Distrito Federal".

Apresentada uma emenda de plenário. As comissões deverão se manifestar sobre a emenda.

A Presidência designa o Deputado Rodrigo Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura à emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.375, de 2013, de autoria do Deputado Joe Valle, que "dispõe sobre a afixação de advertência acerca da obesidade infantil em restaurantes, lanchonetes e similares no Distrito Federal".

Pela emenda, altera-se a redação do parágrafo único do artigo 4º pela seguinte:

Parágrafo único – A advertência prevista no *caput* do artigo deverá ser impressa nos cardápios e nos estabelecimentos preferencialmente na área destinada ao *menu* infantil ou alternativamente nas embalagens ou forros de bandejas utilizados pelo estabelecimento.

Considerando que a emenda, pelo mérito, atende aos princípios estabelecidos pelo projeto, sou pela aprovação da emenda apresentada.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Solicito à Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer à emenda.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à emenda substitutiva ao Projeto de Lei 1.375, de 2013, de autoria do Deputado Joe Valle, que "dispõe sobre a afixação de advertência acerca da obesidade infantil em restaurantes, lanchonetes e similares no Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação da emenda substitutiva.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer à emenda pela Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer à emenda.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à emenda substitutiva ao Projeto de Lei 1.375, de 2013, de autoria do Deputado Joe Valle, que "dispõe sobre a afixação de advertência acerca da obesidade infantil em restaurantes, lanchonetes e similares no Distrito Federal".

Pela CCJ, somos favoráveis à admissibilidade da Emenda Substitutiva nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.375, de 2013.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.375, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 112:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 874, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o dia do bombeiro civil e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 114:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 70, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia das Artes Marciais".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 115:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 88, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas do Distrito Federal a inserir em seus sítios eletrônicos fotos de pessoas desaparecidas".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Consulto aos Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco pelo processo simbólico. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente Deputada Liliane Roriz, peço que faça a leitura e, se for possível, já coloque a moção como item extrapauta, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Acato a solicitação do Deputado Prof. Reginaldo Veras e incluo como item extrapauta a Moção nº 122, de 2015.

Havendo acordo para discussão e votação em bloco, faremos a leitura dos próximos itens.

Item nº 116:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 119, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "manifesta votos de louvor e parabeniza o artista e humorista Luiz Henrique da Silva, mais conhecido como Bororó, pela relevante contribuição à cultura da nossa Capital".

Item nº 117:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 120, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os atletas, praticantes, professores e apoiadores que se dedicam para a melhoria e profissionalização do futevôlei no Distrito Federal".

Item nº 118:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 669, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "requer a transformação da sessão ordinária do dia 3 de setembro de 2015 em comissão geral destinada a debater a situação presente e as perspectivas futuras das entidades sociais no Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 122, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "manifesta louvor ao Fórum Distrital de Educação, aos seus membros e colaboradores, em razão do laborioso trabalho na elaboração do anteprojeto do Plano Distrital de Educação 2015/2024".

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Em discussão as moções e o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e o requerimento estão aprovados com a presença de 13 Deputados.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Antes de encerrar, eu gostaria de fazer um comunicado para informar que amanhã, quinta-feira, dia 18 de junho, a sessão ordinária será realizada em Samambaia, com início às 15h, dando continuidade ao Projeto Câmara em Movimento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que seja lido o requerimento que nós demos entrada.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Deputado Chico Vigilante, o requerimento já foi lido.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
17 06 2015	15h20min	54ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h40min)

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica
Coordenador: Randal Martins Junqueira
Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br